

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Aqui tem violência? As representações sociais de violência urbana dos  
moradores da Ceilândia

Mestrado

Jêniffer Carla de Paula

Brasília, DF

2010

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Aqui tem violência? As representações sociais de violência urbana dos moradores da  
Ceilândia

Jêniffer Carla de Paula

Brasília, DF

2010

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Aqui tem violência? As representações sociais de violência urbana dos moradores da  
Ceilândia

Jêniffer Carla de Paula

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das  
Organizações como requisito parcial à obtenção do  
título de Mestre em Psicologia Social, do Trabalho e  
das Organizações

Orientadora: Dra. Ana Lúcia Galinkin.

Brasília, DF

Julho de 2010

Aqui tem violência? As representações sociais de violência urbana dos moradores da  
Ceilândia

Dissertação de Mestrado examinada e aprovada por:

---

Profa. Dra. Ana Lúcia Galinkin (Presidente)

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações,  
Universidade de Brasília

---

Profa. Dra. Ana Magnólia Mendes (Membro)

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações,  
Universidade de Brasília

---

Profa. Dra. Analía Laura Soria Batista (Membro Externo)

Departamento de Sociologia  
Universidade de Brasília

---

Profa. Dra. Ione Vasques Menezes (Suplente)

Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações,  
Universidade de Brasília

## Dedicatória

Para a minha família, por ensinar que tudo é possível!

## Agradecimento

Muitas pessoas contribuíram para o desenvolvimento e realização deste trabalho. Agradeço primeiramente a Deus, pela oportunidade e força. Agradeço a minha família, pelo companheirismo, pelos pensamentos e conversas que acompanharam a minha formação. Obrigada por sempre acreditarem e apoiarem os passos que decidi trilhar! Agradeço ao meu pai Aguinaldo, por ser um grande amigo, que com seu exemplo mostrou que nada é impossível para aqueles que correm atrás de seus sonhos; e as minhas mães: Ana Cibele, por sempre dizer: Você consegue! E Márcia, pelas sinceras orações. Agradeço aos meus irmãos, luzes que estão sempre comigo: Stephanie, Estefânia, Ademar, Aguinaldinho, Emilly e Matheus.

Agradeço ao Eduardo, meu companheiro, por compreender e aceitar as minhas triplas jornadas; por abdicar dos fins de semana, feriados e férias para que eu pudesse “dissertar”. Obrigada pelo apoio, carinho e cumplicidade!

Agradeço a minha orientadora Dra. Ana Lúcia Galinkin, por ter aceitado a minha proposta de pesquisa, e por carinhosamente ter me acompanhado nesta jornada.

Agradeço a professora Ana Magnólia pelas excelentes aulas de método qualitativo! E por ter aceitado, juntamente com a professora Anália e Ione, a fazer parte da minha banca examinadora.

Agradeço a amiga Cláudia, pelas conversas na UnB e pelo apoio constante no desenvolvimento deste trabalho. Agradeço a amiga Silvana, por ter apresentado a sua cidade: Ceilândia, e por estar sempre disponível para ajudar com os grupos focais. Você foi uma grande parceira!

Agradeço aos moradores da Ceilândia participantes da pesquisa!

Agradeço aos meus alunos e seus pais, e aos meus colegas de trabalho, especialmente meu chefe Fernando, por sempre compreenderem a correria de uma mestranda.

Agradeço ao Marcos e a Juliana, secretários do PSTO por solucionarem as nossas dúvidas e por sempre estarem dispostos a ouvir as nossas angústias de estudantes.

## Sumário

Agradecimentos .....	vi
Lista de Abreviaturas.....	ix
Lista de Tabelas.....	x
Lista de Gráficos .....	xi
Resumo .....	xii
Abstract .....	xiii
Introdução.....	1
Capítulo 1 – Referencial teórico.....	5
Teoria das Representações Sociais .....	6
Capítulo 2 – O conceito de violência.....	15
Capítulo 3 – Estatísticas criminais: Um olhar sobre a violência urbana .....	27
Capítulo 4 – Apresentação do espaço de pesquisa: Ceilândia, região administrativa do Distrito Federal.....	46
Capítulo 5 – Método.....	51
Instrumento .....	51
Participantes .....	54
Procedimento de coleta.....	56
Procedimento de análise dos dados .....	57
Capítulo 6 – Resultados.....	59
Capítulo 7 - Discussão.....	74
Conclusão .....	86
Referências bibliográficas .....	90
Anexo A – Taxa de homicídio (em 100 mil) na população total por UF e região .....	97
Anexo B – Taxas de homicídio em 100 mil por sexo. Unidades da federação, 2007 ....	98

Anexo C – Taxas de homicídio por raça/cor na população total. Brasil, 2002/ 2007. ....	99
Anexo D – População urbana, segundo sexo. DF, 2004. ....	100
Anexo E – População urbana, segundo a cor/raça declarada. DF, 2004. ....	100
Anexo F – Naturalidade da população segundo as grandes regiões, Distrito Federal e Entorno. DF, 2004. ....	100
Anexo G – Distribuição de domicílios, segundo as classes de renda domiciliar mensal. DF, 2004.. ....	101
Anexo H – População residente por raça/cor declarada. DF, 2004.....	101
Anexo I – Distribuição da população residente, do número de domicílios, e do número médio de pessoas por domicílio. DF, 2004.. ....	101
Anexo J – Renda domiciliar e per capita mensal. DF, 2004... ..	102
Anexo K – Roteiro de Entrevista.....	102
Anexo L – Termo de consentimento livre e esclarecido .....	103
Anexo M – Mapa da Ceilândia.....	104

## Lista de Abreviaturas

RA – Região administrativa  
DF – Distrito Federal  
GF – Grupo focal  
TRS – Teoria das Representações Sociais  
SJC – Sistema de Justiça Criminal  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios  
BO – Boletim de ocorrência  
TCU – Tribunal de Contas da União  
CID – Classificação internacional de doenças  
SIM – Subsistema de Informações sobre Mortalidade  
UF – Unidades da Federação  
RM – Região metropolitana  
PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal  
CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal  
DEPO – Departamento de Polícia  
SEPLAN – Secretaria de Planejamento  
CEI – Campanha de erradicação das invasões  
EJA – Educação de Jovens e Adultos

## Lista de tabelas

Tabela 1. Número de homicídios na população total por UF e Região.....	32
Tabela 2. Ranking dos 15 municípios com as maiores taxas médias de homicídio (em 100 mil) na população total .....	33
Tabela 3. Crimes letais intencionais, por tipo e UF .....	36
Tabela 4. Taxa de homicídios consumados por 100 mil habitantes, de acordo com as ocorrências registradas pela PCDF, entre 1996 e 2007, e projeção de eventos entre 2008 e 2010 .....	38
Tabela 5. Comparativo de ocorrências de janeiro a junho de 2008, segundo dia da semana e horário.....	39
Tabela 6. Sexo e faixa etária das vítimas e agressores .....	39
Tabela 7. Taxa de homicídios consumados por 10 mil habitantes nas Regiões Administrativas, de acordo com as ocorrências registradas pela PCDF .....	41
Tabela 8. – Comparativo anual da criminalidade - Ceilândia .....	42
Tabela 9. – População urbana, segundo o tipo de violência sofrida.....	44
Tabela 10. – População urbana, segundo o local da violência sofrida .....	44
Tabela 11. – Distribuição da população residente, segundo as regiões administrativas. DF, 2004. ....	47
Tabela 12. – População residente por naturalidade. DF, 2004 .....	48
Tabela 13. – Participantes dos Grupos Focais .....	55

## Lista de Gráficos

Gráfico 1. Número de homicídios no Brasil .....	31
Gráfico 2. Evolução das taxas de homicídio (em 100 mil) no Brasil .....	31
Gráfico 3. Evolução das Taxas de Homicídio (em 100.000) desagregadas por área. ....	34
Gráfico 4. Projeção da linha de tendência anual das ocorrências de homicídios consumados, registrados pela PCDF, entre os anos de 1996 a 2010 .....	37
Gráfico 5. Distribuição percentual das ocorrências de acordo com o tipo de local onde foram praticadas. ....	40
Gráfico 6. Distribuição percentual das motivações. ....	40

## Resumo

A violência é objeto de discussões nos mais variados espaços sociais. Muito se tem falado sobre segurança pública e mudanças de comportamento perante os índices de violência. Cresceu o debate sobre as formas de sociabilidade contemporânea e o sentimento de insegurança. A violência é um fenômeno polissêmico e multifacetado, sua definição varia quanto o meio social, o tempo, as pessoas envolvidas, seus valores e costumes. A violência urbana compreendida neste trabalho refere-se aos atos violentos que ocorrem dentro das cidades, nos ambientes públicos, é muitas vezes manifestada por um sentimento coletivo de insegurança. Esta dissertação busca compreender o que os moradores da Ceilândia pensam sobre o fenômeno da violência urbana, através do suporte teórico da Teoria das Representações Sociais. Esta teoria é uma forma de conhecimento do senso comum, onde os objetos, pessoas e situações são compreendidas e significadas em nossos mapas conceituais e simbólicos. A criminalidade é uma face do fenômeno da violência urbana. No Distrito Federal, uma das principais fontes de dados estatísticos sobre criminalidade são os relatórios temáticos da Polícia Civil do Distrito Federal. De acordo com informações disponibilizadas no site da corporação, sobre os homicídios que ocorreram em 2007/2008, Ceilândia é a cidade satélite de maior destaque, pois concentra 19,4% dessas ocorrências. Dessa forma, o espaço escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi a Ceilândia. As seguintes perguntas de pesquisa orientam este trabalho: 1) Quais as representações sociais dos moradores da Ceilândia sobre a violência, suas causas e possíveis soluções? 2) A Ceilândia é considerada por seus moradores um lugar perigoso? Devido ao caráter descritivo e exploratório das perguntas de pesquisa, este trabalho teve orientação predominantemente qualitativa. A técnica de coleta de dados utilizada nesta pesquisa foram os grupos focais. Para análise dos resultados, utilizou-se análise dos núcleos de sentido (ANS) elaborada por Ana Magnólia (2007), inspirada e adaptada na análise de conteúdo categorial desenvolvida por Bardin (1970). Identificamos quatro núcleos de sentido. O primeiro apresenta as definições de violência e as experiências diretas e indiretas. O segundo indica as mudanças de comportamento decorrentes da violência urbana. O terceiro compreende as causas e soluções da violência. O quarto apresenta a percepção da Ceilândia como um espaço violento. Com esta dissertação, pretendemos trazer à discussão a importância de compreender o fenômeno da violência urbana pelo discurso dos indivíduos, e não apenas através de estatísticas criminais.

Palavras-Chaves: representações sociais, violência urbana, criminalidade, Ceilândia.

### Abstract

The violence is discussed in various social spaces. Much has been said about public safety and changes in behavior before the violence rates. The debate on contemporary forms of sociability and the feeling of insecurity grew up. Violence is a multifaceted and polysemic phenomenon, its definition varies in the social environment, time, people involved, their values and customs. Urban violence understood in this paper refers to violent acts that occur within cities, in public places, is often manifested by a collective feeling of insecurity. This thesis seeks to understand what residents of Ceilândia think about the phenomenon of urban violence through the theoretical support of the Theory of Social Representations. This theory is a form of knowledge of common sense, where objects, people and situations are understood and meaningful to our maps conceptual and symbolic. The criminality is a face of the phenomenon of urban violence. In Distrito Federal, a major source of statistics on criminality are the thematic reports of the Civil Police of Distrito Federal. According to information available on the website of the corporation, on the homicide that occurred in 2007/2008, Ceilândia is the satellite city of greater prominence, as it concentrates 19.4% of these occurrences. Thus, the space chosen for the development of the research was Ceilândia. The following research questions guide this work: 1) What are the social representations of the residents of Ceilândia on violence, its causes and possible solutions?; 2) Ceilândia is considered by its residents a dangerous place? Due to the descriptive and exploratory research questions of this study was predominantly qualitative orientation. The technique of data collection used in this research were the focus groups. To analyze the results, we used “análise de núcleo dos sentidos” (ANS) produced by Ana Magnolia (2007), inspired and adapted to the “análise categorial temática” developed by Bardin (1970). We identified four clusters of meaning. The first presents the definitions of violence and direct and indirect experiences. The second indicates behavioral changes caused by urban violence. The third covers the causes and solutions of violence. The fourth features Ceilândia perceived as a violent place. With this thesis, we intend to bring into discussion the importance of understanding the phenomenon of urban violence by the speech of individuals, not only by crime statistics.

**Key-Words:** social representations, urban violence, criminality, Ceilândia.

## **Introdução**

Esta dissertação busca compreender o que os moradores da Ceilândia pensam sobre o fenômeno da violência urbana, utilizando o suporte teórico da Teoria das Representações Sociais. Esta teoria é uma forma de conhecimento do senso comum, onde os objetos, pessoas e situações são compreendidas e significadas em nossos mapas conceituais e simbólicos. São idéias compartilhadas sobre o mundo social. Há várias representações sociais presentes na sociedade, sobre os mais variados temas. Em Denise Jodelet (2001) encontramos que a representação social “... é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 22, 2001).

No processo de construção contínua de representações sociais, a comunicação tem papel fundamental. É através das conversas cotidianas que as informações são repassadas e constantemente relacionadas às representações sociais. Uma vez presente na comunicação, tornam-se autônomas e mutáveis, com conteúdo variável a depender do grupo, do contexto, tempo e espaço. O tema da violência urbana, diante desta teoria, configura-se como objeto de representação social. Diariamente são apresentadas notícias nos meios de comunicação, casos são debatidos nas conversas informais, estatísticas são divulgadas como forma de dimensionar e compreender a violência urbana. Todo este conteúdo está presente na vida social, sendo socialmente elaborada e auxiliando na compreensão de uma realidade comum. Considerando que uma representação social é sempre de alguém (o sujeito) e de alguma coisa (o objeto). O objetivo geral desta pesquisa é identificar quais as representações sociais dos moradores da Ceilândia sobre violência urbana.

A violência urbana compreendida neste trabalho refere-se aos atos violentos que ocorrem dentro das cidades, nos ambientes públicos, é muitas vezes manifestada por um

sentimento coletivo de insegurança. A violência urbana tem estreita relação com criminalidade, mas um termo não se limita a outro, mesmo que muitas das tentativas de dimensionar a violência urbana de um determinado espaço partam das estatísticas criminais (tais como os boletins de ocorrência e as taxas de óbito por morte violenta). As informações que temos a respeito dos crimes são limitantes, os “números” dos crimes têm grandes restrições históricas, e muitas vezes, não são registrados nos boletins de ocorrência por uma descrença nos aparatos jurídicos.

A região administrativa (RA) da Ceilândia tem se destacado nas estatísticas criminais da polícia civil do Distrito Federal. Atualmente, é a RA com o maior número absoluto de casos de homicídios, seguida de Samambaia e Planaltina. A Ceilândia é uma região Administrativa do Distrito Federal do Brasil, criada através da lei 049 de 25 de outubro de 1989. Sua formação parte da campanha de erradicação das invasões (CEI), que demarcou lotes ao norte de Taguatinga para a transferência de famílias. Por ser uma das RA com maior número absoluto de ocorrências, essa cidade é muitas vezes considerada um espaço violento, destacada principalmente nos meios de comunicação, como um território “perigoso” (Paula, 2007). No entanto, apenas as estatísticas criminais não são informação suficiente para compreender e dimensionar a violência de um território. Na tentativa de compreender o fenômeno da violência, o discurso da população poucas vezes é levado em consideração, especialmente quando nos referimos aos espaços estigmatizados como os mais perigosos de uma região. Esta pesquisa foi impulsionada porque apesar do tema violência estar recorrentemente presente nos discursos cotidianos, há poucas pesquisas que perguntam a própria população o que esta pensa sobre o fenômeno da violência. Após uma revisão bibliográfica dos trabalhos focados na Ceilândia, destacamos a dissertação de Lima (2001) sobre as representações sociais dos direitos do cidadão elaboradas por pessoas que atuam em organizações de defesa dos direitos em Ceilândia – DF e a dissertação de

Miranda (2006) sobre as representações sociais do espaço urbano e a revelação do sujeito geográfico: um estudo com os jovens da Ceilândia. Isso mostra que as pesquisas focadas nesta região administrativa são escassas.

Assim, este trabalho pretende dar voz e visibilidade para os moradores da Ceilândia na discussão sobre o fenômeno da violência. As seguintes perguntas de pesquisa orientam este trabalho:

- 1) Quais as representações sociais dos moradores da Ceilândia sobre a violência, suas causas e possíveis soluções?
- 2) A Ceilândia é considerada por seus moradores um lugar perigoso?

Devido ao caráter descritivo e exploratório das perguntas de pesquisa, este trabalho terá orientação predominantemente qualitativa. A técnica utilizada nesta pesquisa foram os grupos focais (GF) realizados com adultos moradores da Ceilândia, pois consideramos que a violência urbana, apesar de ser um tema amplamente conhecido pela sociedade, tem representações sociais diferentes a depender do grupo estudado. Assim, através desta técnica é possível verificar, o que os moradores da Ceilândia pensam sobre o fenômeno da violência urbana e quais as práticas e pensamentos que fazem parte desta conceituação.

Este trabalho está estruturado em sete capítulos. No primeiro capítulo é apresentado o referencial teórico da pesquisa: A Teoria das Representações Sociais. No segundo capítulo é discutido o conceito de violência e seu caráter multideterminado. No terceiro capítulo são apresentadas algumas estatísticas criminais, que são os principais dados utilizados nas políticas de segurança pública. No quarto capítulo é apresentado o espaço da pesquisa: Ceilândia. No quinto capítulo está o método, com a definição dos participantes, instrumento e procedimentos. No sexto capítulo estão os resultados. No sétimo capítulo a discussão e por fim, a conclusão.

Com esta dissertação, pretendemos trazer à discussão a importância de compreender o fenômeno da violência urbana pelo discurso dos indivíduos, analisando não apenas o conteúdo das representações sociais, mas o quanto este saber impacta na vida cotidiana das pessoas, suas atitudes e práticas.

## Capítulo 1 – Referencial teórico

Há diversas formas de estudar a relação indivíduo/sociedade nas ciências humanas. A psicologia social, neste contexto, tem uma variedade de campos de atuação e sua origem esteve atrelada a uma série de fontes das ciências humanas, especialmente pesquisadores da área da psicologia e sociologia, tais como Comte, Durkheim, Tarde, Le Bon e vários outros (Álvaro e Garrido, 2006).

Como afirma Doise, citado em Sá (2002), há quatro níveis de explicação em psicologia social: (I) o nível intrapessoal, segundo o qual “a interação entre o indivíduo e o ambiente social não é tratada diretamente, e apenas os mecanismos pelos quais o indivíduo organiza a sua experiência são analisados (p.11); (II) o nível interpessoal, em que “o objeto de estudo é a dinâmica das relações estabelecidas em determinado momento por determinados indivíduos em uma determinada situação”, não sendo, “as diferentes posições sociais ocupadas pelos indivíduos fora dessa particular situação (...) levadas em conta” (p. 12); (III) o nível posicional, que “é tornado explícito em explicações que incluem as diferenças em posição social que existem previamente à interação entre diferentes categorias de sujeitos” (p. 13); (IV) o nível ideológico, em que são introduzidas na pesquisa e na explicação “as próprias ideologias, os sistemas de crenças e representações, os valores e as normas, que toda sociedade desenvolve para validar e manter a ordem social estabelecida.” (p. 15).

Assim, para analisar o que os moradores da Ceilândia pensam a respeito da violência urbana, nossa análise partirá dos níveis posicionais e ideológicos em psicologia social conforme definição de Doise, tomando como principal suporte teórico desta pesquisa a teoria das Representações Sociais.

Em linhas gerais, a teoria das representações sociais é uma forma de conhecimento do senso comum, onde os objetos, pessoas e situações são compreendidas e significadas em nossos mapas conceituais e simbólicos. São idéias compartilhadas sobre o mundo social. Para entendermos as representações sociais de um determinado grupo sobre um determinado tema, é imprescindível analisar como opera essa construção simbólica da realidade relacionando-a com as características do grupo.

As idéias que são socialmente compartilhadas têm papel fundamental na forma como cada pessoa compreende a si mesmo e a seu(s) grupo(s). Como afirma Jovchelovitch (2007), “A teoria das representações sociais se articula tanto com a vida coletiva de uma sociedade, como com os processos de constituição simbólica, nos quais sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar o seu lugar, através de uma identidade social” (p. 65). Para que possamos ampliar esta análise, faremos a seguir uma revisão do suporte teórico desta pesquisa.

### **Teoria das Representações Sociais**

A todo o momento, recebemos informações sobre o mundo social, seja através de conversas informais, fontes informativas, meios de comunicação, observações, etc.; este fluxo constante de dados, em uma sociedade pensante, faz com que as pessoas construam opiniões, definam atitudes e comportamentos, e posicionem-se em relação as diversas realidades sociais. A teoria das representações sociais (TRS), elaborada por Serge Moscovici, na década de 60, é uma forma de compreender estes fenômenos sociais. A teoria iniciou-se através do estudo de Moscovici sobre a difusão da psicanálise na sociedade francesa. Sua pergunta de pesquisa se referia a como o senso comum construía um conhecimento, que era compartilhado, sobre a psicanálise. A indagação inicial do

pesquisador era como um conceito do universo reificado (científico, lógico, acadêmico) chegava até o universo consensual (senso comum). O universo consensual abrange as conversas do cotidiano, onde todas as pessoas podem falar e expor uma idéia, como sujeitos sociais; já no universo reificado, a sociedade articula-se em um sistema, dentro do qual cada ator social tem o seu papel e suas atribuições, é um representante da classe (seja profissional, estudantil etc.). Para entendermos melhor este mecanismo é necessário observar um pouco a história da teoria.

A teoria das representações sociais começa a ser elaborada a partir da reflexão de Moscovici sobre as representações coletivas de Emile Durkheim. Este sociólogo estava atento à questão de método nas ciências sociais e à definição do que realmente seria um fenômeno social, objeto, portanto da sociologia. Neste sentido, a sociologia deveria preocupar-se com os fatos sociais, que em sua acepção seriam maneiras de agir, de pensar e de sentir que existem fora das consciências individuais, ou seja, são exteriores ao indivíduo. Estas representações coletivas remetem a natureza supra-individual do homem, exprimem o ideal coletivo que tem origem na religião, sendo, portanto, processo e conteúdo de pensamento. Neste sentido, o conhecimento social é hierarquizado e a religião e o senso comum predecessoras da ciência.

Para Durkheim (1996), as representações coletivas são uma forma de consciência que a sociedade impõe aos indivíduos. Os fenômenos coletivos não podem ser explicados pela soma dos pensamentos individuais, são fenômenos reais com propriedades específicas. Assim, a origem das representações está nas relações que se estabelecem entre indivíduos e grupos. As representações coletivas são produzidas pelas ações e reações permutadas entre as consciências elementares das quais é feita a sociedade, mas são independentes em relação aos indivíduos.

Se se pode dizer, sob certos aspectos, que as representações coletivas são exteriores com relação às consciências individuais, é porque não derivam dos indivíduos considerados isoladamente, mas de sua cooperação, o que é bastante diferente. (Durkheim, 1970, p. 39)

Entre os indivíduos e a sociedade, há uma série de intermediários que tornam a representação coletiva autônoma. Nesse sentido “... à medida que a associação se constitui, ela dá origem a fenômenos que não derivam diretamente da natureza dos elementos associados; esta independência parcial é tanto mais acentuada quanto mais numerosos são esses elementos e mais energicamente sintetizados.” (Durkheim, 1970, p. 43). Percebe-se que na definição de sociedade de Durkheim, esta tem uma superioridade e autoridade sobre os indivíduos.

Essa observação permite determinar em que sentido queremos dizer que os conceitos são representações coletivas. Se eles são comuns a um grupo social inteiro, não é que representem uma simples média entre as representações individuais correspondentes, pois, nesse caso, seriam mais pobres que estas últimas em conteúdo intelectual, quando, em realidade, estão carregadas de um saber que ultrapassa o do indivíduo médio. Eles não são abstrações que só teriam realidade nas consciências particulares, mas representações tão concretas quanto as que o indivíduo pode ter de seu meio pessoal, representações que correspondem a maneira como esse ser especial, que é a sociedade, pensa as coisas de suas experiências próprias. Se, de fato, os conceitos são na maioria das vezes idéias gerais, se exprimem categorias e classes em vez de objetos particulares, é que as características singulares e variáveis dos seres só raramente interessam a sociedade; em razão mesmo de sua extensão, ela

praticamente só pode ser afetada pelas propriedades gerais e permanentes desses seres. (Durkheim, 1996, p. 483).

Outros autores contribuíram para esta discussão de Durkheim, tais como Mauss e Lévy-Bruhl. Para este último, o conhecimento social não é definido por níveis de complexidade e hierarquia, mas pela natureza das formas de pensar, que diferem a cada grupo social. Moscovici (2001) compartilha desta idéia quando afirma que “/.../ diferentes tipos de sociedade, que se representam diferentemente o mundo, vivem em mundos diferentes.” (p. 51)

A partir da reflexão do termo representações coletivas, Moscovici desenvolveu a teoria de representações sociais. Esta modificação na nomenclatura, de coletivas para sociais, ocorreu para reforçar a dinamicidade das sociedades contemporâneas. Os estudos de Durkheim no livro “As formas elementares da vida religiosa” caracterizam grupos sociais em que o conhecimento, passado de geração para geração, tinha caráter mais estático que os grupos atuais; além do mais, a sociedade tinha um grande poder coercivo sobre os indivíduos. Neste sentido, “/.../ as representações, não são somente um produto da idealização grupal, mas também um processo, uma forma de entender e comunicar o que sabemos (Moscovici, 1984 apud Álvaro & Garrido, 2006, p.287).

No período de desenvolvimento desta teoria, o paradigma predominante em psicologia social eram os estudos norte-americanos. Como afirma Robert Farr (2007), “/.../ a teoria das representações sociais de Moscovici se constitui numa importante crítica sobre a natureza individualizante da maior parte da pesquisa em psicologia social na América do Norte.” (p. 49). Assim, se por um lado Moscovici contrapõe sua teoria das representações sociais à independência e superioridade das representações coletivas, e sua autoridade

sobre os indivíduos, por outro, critica o caráter individualista e individualizante da psicologia social.

Além de Durkheim, que teve influência primordial no desenvolvimento da teoria, há que se considerar ainda, as contribuições da teoria da linguagem de Saussure, a de teoria das representações infantis de Piaget, do desenvolvimento cultural de Vigotsky, e vários outros autores como Wundt, Le Bon, Freud, Mead, McDougall e F.H. Allport. (Álvaro e Garrido, 2006).

Moscovici, ao elaborar a teoria afirma que as representações sociais têm duas principais funções: a) “... elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas.” (Moscovici, 2005, p. 34); b) “Em segundo lugar, representações são prescritivas, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível.” (Moscovici, 2005, p. 36). Essas funções são a base da teoria das representações sociais. Ao nascer, nos inserimos em um mundo repleto de representações. O processo de socialização nos impõe uma série de papéis que fazem parte deste conhecimento social já existente e compartilhado. Um forte exemplo são as representações de gênero: “A força da categorização nas representações de gênero que circulam em volta da criança é tão forte que ela sempre vai aparecer como uma menina ou como um menino desenvolvendo identidades sociais específicas.” (Duveen, 2007, p. 266). Além do mais, ao convencionalizar e localizar o incompreendido, lhe dando uma forma, categoria e conteúdo, construímos e reconstruímos nossa relação com o mundo social.

Todos os dias, através das interações sociais entre pessoas e entre grupos, há a criação e re-elaboração contínua de representações. “Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão

oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem” (Moscovici, 2005, 41). Esse fluxo das representações sociais acontece porque, como afirma Moscovici (2005), a “... finalidade de todas as representações é tornar familiar o não-familiar, ou a própria não familiaridade.” (p.54). Este “tornar familiar” perpassa a explicação da realidade, a identificação com os grupos, orientação do agir e as justificativas de comportamentos.

É importante analisar os processos que geram as representações sociais: Ancoragem e objetivação. A ancoragem incorpora os objetos e sujeitos “estranhos”, não familiares, aos nossos sistemas de categorias conhecidas. “Esse é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada /.../ Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa.” (Moscovici, 2005, p. 61). Desta forma, classificamos o desconhecido dentro de uma representação, atribuímos valor e o hierarquizamos em nosso aparato cognitivo. O objeto limita-se a categoria que encaixamos, sendo um representante da generalização ou da particularização. A objetivação transforma a imagem, o abstrato em concreto, dá uma identidade. É a construção formal do conhecimento, onde a imagem recebe um significado, “... une a idéia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade /.../ objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem.” (Moscovici, 2005, p. 71/ 72).

Para que estes processos ocorram é necessário que os objetos tenham valor e que sejam pressupostos de representações sociais. Nem todas as palavras podem ser ligadas a imagens (porque não existem ou são tabus). As imagens se mesclam e são integradas a

/.../ um padrão de núcleo figurativo, um complexo de imagens que reproduzem visivelmente um complexo de idéias /.../ Uma vez que a sociedade tenha aceito tal

paradigma, ou núcleo figurativo, ela acha fácil falar sobre tudo o que se relacione com esse paradigma e devido a essa facilidade as palavras que se referem a esse paradigma são usadas mais frequentemente. (Moscovici, 2005, p. 72/73)

Estes dois processos, de ancoragem e objetivação, se relacionam com a memória da seguinte forma:

A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (Moscovici, 2005, p. 78)

Há várias representações sociais presentes na sociedade, sobre os mais variados temas, todas tem o mesmo valor e podem desempenhar várias funções, “algumas cognitivas – ancorando significados, estabilizando ou desestabilizando as situações evocadas – outras propriamente sociais, isto é, mantendo ou criando identidades e equilíbrios coletivos.” (Moscovici, 2005, p. 218)

A partir das idéias de Moscovici, outras vertentes de estudo sobre representações sociais foram desenvolvidas. Atualmente, três abordagens complementares se destacam: a) a abordagem culturalista de Denise Jodelet; b) a abordagem societal de Willem Doise; e c) a abordagem estrutural de Jean-Claude Abric.

Em Denise Jodelet (2001) encontramos que a representação social “... é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que

contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 22, 2001). Neste sentido, como apontado por Almeida (2001), as representações sociais consideram três aspectos importantes: a comunicação, a (re)construção do real e o domínio do mundo. A comunicação porque regula as dinâmicas sociais e modula o pensamento, a (re)construção do real porque é um guia de interpretação e organização da sociedade, e o domínio do mundo porque representa o conjunto social que orientam as práticas e situa os indivíduos.

Assim, nesta discussão, é complementar e didático a análise das quatro funções essenciais das representações sociais, apontada por Jean Claude Abric (1998): (1) função de saber, que permite compreender e explicar a realidade; (2) função identitária, que define a identidade e permite a proteção das especificidades dos grupos; (3) função de orientação, que guia os comportamentos e as práticas e; (4) função justificatória, que permite, a posteriori, justificar as tomadas de posição e dos comportamentos.

Para Jodelet (2001), a todo momento, temos necessidade de estarmos informados sobre os acontecimentos do mundo à nossa volta. Precisamos, não apenas nos ajustar, mas também, saber como nos comportar, definir e nomear aspectos da realidade, tomar decisões; por isso, criamos representações sociais. A representação social é um saber que diz algo sobre a realidade.

*/.../ as representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais. (Jodelet, 2001, p. 22)*

No processo de construção contínua de representações sociais, a comunicação tem papel fundamental. É através das conversas cotidianas que as informações são repassadas e constantemente relacionadas às representações sociais. Uma vez presente na comunicação, torna-se autônoma e mutável, com conteúdo variável a depender do grupo, do contexto, tempo e espaço. Neste processo, a mídia ganha destaque, pois apresenta os fatos (já carregados de representações sociais). Na análise específica da violência, percebe-se o sensacional. Todos os dias há a apresentação de dados e análises de criminalidade urbana.

O interessante desta análise é que a construção simbólica dos grupos não obedece a um compartilhamento rígido. Para compartilhar uma representação social o grupo não precisa necessariamente, por exemplo, ser estudante, profissional de uma determinada categoria ou ter determinada idade; se há a identificação com o discurso, com o conteúdo de uma representação social que está presente na sociedade, aqueles que compartilham de tal idéia formam um grupo. Neste sentido, os indivíduos farão parte de tantos grupos quantas representações sociais que são compartilhadas.

O discurso da violência está sempre presente e é destaque nos jornais nacionais e internacionais, bem como nas notícias locais. Com a globalização, onde se sabe “tudo” a “todo instante” a representação será compartilhada, não necessariamente apenas, por grupos próximos, mas também por pessoas espacialmente distantes.

No próximo capítulo será apresentada a revisão conceitual de violência e sua relação com a criminalidade.

## Capítulo 2 – O conceito de violência

O conceito de violência está amplamente presente na vida cotidiana dos indivíduos, é um fenômeno discutido nos mais variados espaços sociais: entre vizinhos, nos ambientes de trabalho, nos momentos de lazer; enfim, está imbricado na vida social, sendo constantemente construído através das representações sociais que circulam nos grupos. O fato de o conceito estar tão diluído na sociedade não torna a sua definição mais fácil, pelo contrário, revela o quão polissêmico e multideterminado pode ser este fenômeno social. A forma como cada grupo social vai conceber o fenômeno da violência depende de sua inserção no tempo, no espaço e na situação.

Quando caracterizamos um ato como violento, estamos atribuindo um valor, uma significação baseada em nossas representações sociais, socialmente compartilhadas, e em nossa participação individual naquele determinado contexto, espaço e tempo. Considerando a polissemia do termo, usaremos como ponto de partida para a reflexão sobre o conceito de violência, a definição de um dicionário de língua portuguesa e um dicionário de política.

No dicionário Michaelis de língua portuguesa este verbete tem o seguinte significado:

**Violência:** vi.o.lên.cia: *sf* (*lat violentia*) **1** Qualidade de violento. **2** Qualidade do que atua com força ou grande impulso; força, ímpeto, impetuosidade. **3** Ação violenta. **4** Opressão, tirania. **5** Intensidade. **6** Veemência. **7** Irascibilidade. **8** Qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa. **9** *Dir* Constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem; coação. *Antôn* (acepção 7): *brandura, doçura*.

Essa definição nos mostra uma série de acepções, tais como o uso da força, da opressão, de uma ação contra a vontade da pessoa; o termo no dicionário é apresentado de uma forma ampla, onde são mostrados alguns dos vários sentidos da palavra violência. Nesta descrição há o destaque dos seus efeitos físicos e morais.

No dicionário de política, entende-se por violência “... a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo). Para que haja violência é preciso que a intervenção seja voluntária...” (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 2004, p.1291). Nesta discussão percebemos uma consideração restrita, a ação é voluntária e seus efeitos são físicos.

Cada definição citada destaca dimensões do fenômeno da violência. No dicionário Michaelis fala-se de uma ação impulsiva, impetuosa, opressora; há destaque para a força empregada contra a pessoa ou coisa, o que provoca constrangimento físico ou moral. Já no dicionário de política, há destaque para duas dimensões: o efeito físico dessa ação e a intencionalidade do agente, são descrições distintas, cada qual contemplando um nível de análise. O termo violência tem recebido diferentes definições. São vários os teóricos que discutem e debatem esta temática. Estas definições, oriundas dos dicionários, são apenas pontos de partidas na busca de uma melhor apreensão e compreensão deste conceito. A partir deste momento, faremos uma apresentação teórica e, posteriormente estatística, das diversas faces da violência. Dentre os diversos autores que estudam e analisam o fenômeno da violência, destaca-se pela abrangência da definição, Yves Michaud (1989), em seu livro “A violência”.

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias

pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (p. 11).

Essa definição, como descrita por Michaud (1989), pretende dar conta do caráter complexo das interações sociais, das diversas modalidades de produção da violência, da distribuição temporal e dos diversos danos que podem causar.

A violência é definida de diferentes formas por teóricos, formuladores de políticas públicas e pela população. Ao longo do tempo, distintas normas sociais e jurídicas foram reconhecidas em cada grupo. A violência, como um fenômeno social, deve ser sempre analisada através de sua contextualização no tempo e no espaço. A forma como cada pessoa interpretará os atos como violentos ou não dependerá de sua inserção, seus valores e representações sociais.

Em muitos grupos sociais e/ou em determinados contextos, a violência foi (e ainda é) uma forma de resolução de conflitos legitimada. As normas sociais são dinâmicas e, dessa forma, estão em constante construção. No Brasil, é possível verificar diferentes normas a depender do espaço de referência. A título de ilustração, pode-se analisar a Lei Maria da Penha, que apesar de ser uma norma instituída na forma de lei, não tem plena aceitação entre todos os espaços, há ainda grupos sociais que consideram a violência contra a mulher uma forma legítima de resolução de conflitos intrafamiliares. Conforme aponta Bandeira e Batista (2002), “Até há pouco, bater em mulheres, negros e homossexuais, por exemplo, era uma prática considerada se não corriqueira, mas despercebida como uma forma de violência na sociedade.” (p. 119).

Além do mais, os indivíduos podem observar um mesmo ato violento, mas interpretá-lo de diferentes maneiras. A depender do contexto, das pessoas envolvidas, das

justificativas dos sujeitos, a violência pode ser legitimada pelo grupo. A título de ilustração destacamos os casos de “linchamento”.

Assim, o fenômeno da violência deve ser sempre definido e analisado através de sua referência no tempo, espaço, grupo social e nível de análise. Há ainda que se considerar, que os atos violentos são socialmente hierarquizados e reinterpretados segundo a sua condição de existência. Alguns autores conferem ênfase aos efeitos físicos dos atos violentos, outras analisam a dimensão psicológica e simbólica.

Para Hannah Arendt (1994), diferentemente do poder (e do vigor, força e autoridade), a violência tem caráter instrumental, sendo um meio pelo qual o homem domina o homem. Para a autora, “... é insuficiente dizer que poder e violência não são o mesmo. Poder e violência são opostos: onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz à desaparecimento do poder. Isto implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não violência; falar de um poder não-violento é de fato redundante.” (p. 41). Hannah Arendt critica a banalização do termo violência e desconstrói as idéias de naturalização, personificação e demonização do conceito. Para a autora, a violência não é natural do ser humano, mas das relações políticas entre os seres humanos; sendo um instrumento, não é personificável e seu uso não pode ser considerado irracional.

Max Weber, com ênfase distinta, analisa o monopólio legítimo da violência como componente do Estado. Neste sentido, “O Estado moderno é justamente a comunidade política que expropria dos particulares do direito de recorrer à violência como forma de resolução de seus conflitos.” (Adorno, 2002, p. 275). A violência não pode ser usada de forma ilimitada, para isso existem as leis. No entanto, para os moldes atuais, Wieworka (1997) afirma que estamos diante de um “novo paradigma da violência”, onde novos significados são dados a este fenômeno, construindo diferentes percepções e

representações. São condições gerais de mudança; a) o sistema internacional, com o fim da guerra fria, globalização da economia e a intensidade de migrações; b) o estado que não tem legitimidade única com a violência; c) as mutações sociais, com as violências de ordem e desordem e d) o individualismo moderno. Assim, a violência “/.../ deve ser apreendida através de uma de suas novidades radicais: o fato de ser ao mesmo tempo globalizada, posto que relativa a fenômenos planetários, e localizada; geral, e, /.../ molecular: ela própria mundializada, e fragmentada ou eclodida.” (Wieviorka, 1997, p. 28).

Já para DaMatta (1982), a violência é própria da condição humana, é fato universal e modo pelo qual a sociedade se manifesta, é comum a todas as formas de relação humana, mas seu estudo, deve considerar as singularidades e modos específicos de manifestação em cada sistema social.

Estas definições apenas ilustram a idéia de que a violência pode ser estudada através de diferentes níveis. Pode-se discutir violência considerando os seus espaços: meio rural, urbano, doméstico, local de trabalho etc.; seus agentes e vítimas: crianças, adolescentes, homens, mulheres, negros, brancos, brasileiros, policiais etc.; seu contexto histórico, mudanças conceituais e de representação; as diversas situações e comportamentos decorrentes da insegurança diante da violência; seus efeitos: físicos e psicológicos, incluindo as consequências fatais e não fatais, tais como os ferimentos, depressão, ansiedade, fobias, pânico etc. (Galinkin, 2007), enfim, há diversos caminhos de análise e estudo para este fenômeno.

O que devemos ter claro é que a violência “... sempre existiu em todas as sociedades e em todos os tempos como forma de resolver conflitos entre as pessoas, na família e na comunidade, e entre os países. Atualmente, no entanto, se convive com as formas

tradicionais de violência e com as novas, para as quais ainda há certa perplexidade” (Ferreira & Penna, 2005, p. 57).

Neste estudo focar-se-á na violência que ocorre nos espaços urbanos. A violência compreendida neste trabalho é um fenômeno social, do qual qualquer indivíduo poderá ser vítima ou autor.

A violência urbana são os atos violentos que ocorrem dentro das cidades, nos ambientes públicos, é muitas vezes manifestada por um sentimento coletivo de insegurança. A violência urbana tem estreita relação com a criminalidade, mas um termo não se limita a outro. “Violência é um conceito que se refere a fenômenos sociais, enquanto crime é um conceito jurídico. Refere-se aos comportamentos tipificados na legislação penal” (Vasconcelos & Costa, 2005, p. 34).

A discussão de violência urbana perpassa o sentimento de insegurança, medo e caos. As conversas do dia a dia demonstram que sempre “alguém” tem “algo” a dizer sobre a violência. Todos já passaram por algum caso, ou conhecem um vizinho, amigo ou parente que já foi vítima de violência urbana.

Cada um em particular tem uma história a ser contada. Já foi vítima de furto dentro do transporte coletivo, já foi assaltado em via pública, já teve sua residência arrombada, seus filhos já tiveram de entregar tênis e blusões à porta das escolas ou nos pontos de ônibus, seu veículo particular já foi roubado ou furtado e encontrado, alguns dias depois, completamente transfigurado, sem motor, sem pneus, aparelho de som e outras peças de elevado valor no mercado de equipamentos usados. Quando não foi protagonista imediato desses fatos, ouviu falar com certa intimidade: a vítima foi o vizinho, o parente, a personalidade pública, que se torna familiar através da

proximidade no tempo e no espaço que nos proporcionam a imprensa escrita e a mídia eletrônica. (Adorno e Lamim, 2006, p. 151)

A insegurança diante da violência sintetiza-se em uma sensação de imprevisibilidade. Como afirma Michaud (1989), este sentimento de insegurança “... raramente repousa sobre a experiência direta da violência. Ele corresponde a crença, fundada ou não, de que tudo pode acontecer, de que devemos esperar tudo, ou ainda de que não podemos mais ter certeza de nada nos comportamentos cotidianos.” (p. 13)

A mídia tem papel fundamental na forma como as notícias de violência se “aproximam” do cidadão comum. Os meios de comunicação midiáticos definem os “temas” que serão debatidos ao falar sobre violência. Uma vez presente nas representações sociais, o debate se constrói e reconstrói.

O processo é cíclico, todos os dias há notícias de violências, os grupos sociais discutem estes dados, usam como “prova” de que a violência está aumentando, ganhando grandes proporções, chegando a um nível de descontrole total. Este estado de tensão constante leva as famílias a buscarem meios individuais para controlar essa difusão. Isso ocorre pela desconfiança dos aparatos legais de controle (polícia, justiça e estado), ou pela crença, de que estas medidas são insuficientes para afastar este “mal” tão presente na vida cotidiana. Como afirma Adorno (2002),

Ao lado do sentimento coletivo, amplamente difundido entre cidadãos comuns, de que os crimes cresceram, e vem crescendo e se tornando cada vez mais violentos, há igualmente o sentimento de que os crimes não são punidos; ou, quando o são, não o são com o rigor de que seria esperado diante da gravidade dos crimes que têm maior repercussão na opinião pública. (p. 50)

Neste sentido, conforme aponta Wieviorka (1997), devemos observar que o objeto (ou sujeito) a temer, não é o mesmo em todas as sociedades, cada grupo social tem suas próprias representações de medo e de insegurança, tem suas próprias categorias de estigmatização do outro “perigoso”, do algo a se temer; tem seus próprios diferentes para demonizá-los.

A mídia ao apresentar os “bairros” mais violentos e o “perfil” do criminoso contribui na construção do “outro” a se temer. Os textos, títulos, reportagens e fotos sobre violência divulgados na mídia, “... com grande carga emotiva, fazem um elo entre as pessoas envolvidas em determinado crime e os leitores de uma forma geral. É a intimidade mediada pelos jornais. As pessoas sentem as aflições da dor daqueles que sofreram grandes violências com seus familiares e amigos. Sentem e assim se aproximam simbolicamente daquela dor, temem que aquilo aconteça consigo também.” (Paula, 2007, p. 67).

Na mídia ocorre uma dramatização da violência, no entanto, devemos considerar que os atores envolvidos nestes casos não são apresentados da mesma maneira. Como afirma Ramos e Paiva, há disparidade de tratamento entre pobres e ricos. “Segundo os repórteres, suspeitos de classe baixa encontram menos oportunidades de defesa nos jornais e chegam a ser obrigados a mostrar o rosto para os fotógrafos /.../ O preso que tem poder econômico é diferente, porque ele pode acionar algum dirigente de jornal, algum diretor.” (Ramos e Paiva, 2007, p. 66). Além do mais, é dada maior ênfase aos casos de violência que ocorrem contra as camadas mais ricas da sociedade.

Todas estas notícias de violência estimulam o sentimento de insegurança e medo. Neste clima de vigilância constante, onde “tudo pode acontecer”, “... não há solidariedade que se sustente. Ninguém se sente estimulado a socorrer quem quer se encontre em

situação de risco. O individualismo exacerbado é o traço mais característico desse modo de vida urbano.” (Adorno e Lamim, 2006, p. 154)

O medo da violência urbana ocasiona medidas de proteção individual cada vez maiores. Casas e apartamentos são equipadas com câmeras de vigilância, grades de proteção, chaves extras na porta, cadeados, cercas elétricas; os comportamentos são modificados para evitar os espaços e os horários “perigosos”. Esta fobia da criminalidade, como afirmado por Eckert (2007) em seu estudo sobre medo e crise em Porto Alegre, cria uma estética “de segurança” na arquitetura urbana das cidades para controlar não apenas a possibilidade real de violência, mas também a “imaginada”.

Estas estratégias de afastamento do outro perigoso, nem sempre podem ser utilizadas pelas classes economicamente menos favorecidas. Hoje, há um mercado de segurança pessoal e de patrimônio, desvinculada do Estado, e demandada pela população. Essa proteção é cara e alimenta um mercado de segurança e de especialistas em “riscos” cada vez maior.

Como afirma Silva (2008), todas as pessoas têm uma definição conceitual do que seja violência urbana e como esta impacta em sua vida, seus comportamentos e atitudes. O autor destaca ainda, que a idéia de violência urbana é muitas vezes utilizada como sinônimo de crime no senso comum.

Com toda a sua carga de sentimentos de insegurança, medo etc., a violência urbana é objeto de preocupação da população das grandes cidades brasileiras e um dos temas centrais da agenda pública. Mas a expressão não indica apenas um problema coletivo e um tema de debate. Todos nós sabemos que a violência urbana é real, concreta, e reconhecemos, com pouca margem a dúvidas, qual o complexo de práticas e relações sociais por ela designado. Em suma: todos sabem o que é

“violência urbana”. Neste sentido, “violência urbana” é uma representação coletiva, uma categoria do entendimento do senso comum que consolida e confere sentido à experiência vivida nas cidades, bem como orienta instrumental e moralmente os cursos de ação que os moradores – como indivíduos isolados ou em ações coletivas – consideram mais convenientes nas diversas situações em que atuam. (Silva, 2008, p. 34)

Assim como a violência, as explicações para os crimes também não são fáceis, existem diversas práticas criminosas, associadas a distintas dinâmicas sociais. De acordo com livros jurídicos, crime “... do ponto de vista formal, é o comportamento humano, proibido pela norma penal, ou simplesmente, a violação desta norma. Crime é, simplesmente, aquilo que a lei considera crime.” (Teles, 2004, p. 153).

O artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Penal, transcrito por Teles (2004) define crime e contravenção, como:

Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente. (p.153).

No dicionário crítico de sociologia (Boudon & Bourricard, 2002), pode-se encontrar a idéia de crime de Durkheim, e nesta descrição algumas proposições são destacadas. A primeira delas se refere a aprovação social: “Não reprovamos um ato porque é criminoso; ele criminoso porque o reprovamos. Sócrates, criminoso aos olhos dos atenienses, não o é a nossos olhos.” (p. 114). Depois, a sua normalidade: “O crime é um fenômeno “normal”,

pois o sentimento de aversão que evocam os atos definidos como criminosos em um dado contexto social não pode ser desenvolvido com a mesma intensidade em todos os indivíduos.” (p. 115). Por fim, a questão da legalidade: “Só há crime onde há sanção legal.” (p. 115).

Diante dessas definições de crime, devemos lembrar ainda que nem todos os atos criminosos recebem a mesma penalidade, há penas definidas para cada tipo de crime e seus agravantes. Dentro das normas jurídicas algumas violências são permitidas no âmbito da lei em determinadas situações: esporte, cirurgia, manutenção da ordem (Michaud, 1989). Além do mais, os crimes são socialmente hierarquizados não apenas pela sociedade, mas também pelas instâncias de poder (crimes de menor e maior poder ofensivo). Devemos ressaltar que os sentimentos de reprovação por um ato criminoso podem variar de acordo com os grupos sociais. Há uma relação complexa entre costumes, leis, delito e punição.

Em seu estudo sobre “Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo”, Adorno (1995) constata uma correlação positiva entre raça e acesso à justiça criminal, ou seja, há mais condenações para réus negros do que brancos, quando estes cometem os mesmos crimes nas mesmas condições. Isso demonstra a relação complexa que existe entre a lei e sua efetiva aplicação, o sujeito que cometeu o crime e a punição. A perda de cifras ocorre em todas as etapas, nem todas as pessoas que cometem crimes são denunciadas aos aparatos legais, e nem todas as pessoas presas, cometeram crimes. Muitas vezes, o crime é personificado no criminoso, e neste sentido, “criam-se” as classes perigosas. Além do mais, há uma precariedade de dados sobre o funcionamento do Sistema de Justiça Criminal (SJC), conforme aponta Julita Lemgruber (2000), dos dados disponíveis há ainda as chamadas “taxas de atrito” que são “... as perdas que ocorrem nas várias etapas do SJC, tomando como indicador de quantidade de crimes cometidos as pesquisas de vitimização.”

(p. 3); o dificultador deste processo é a falta de pesquisas como estas e a insuficiente informatização do SJC.

O tema da violência é frutífero em todos os seus níveis de análise. Entender este fenômeno é tarefa complexa. No próximo capítulo, aprofundaremos o tema da criminalidade, atentando para que esta é uma face da violência urbana (a mais visível), e está presente massivamente nas representações sociais.

### **Capítulo 3 – Estatísticas criminais: Um olhar sobre a violência urbana**

Uma das formas de analisar a criminalidade de um território em um determinado período são as análises das estatísticas criminais. Esses dados, muitas vezes baseados em boletins de ocorrência mostram uma face da violência criminal. Há ainda os dados dos óbitos registrados pelos cartórios, sintetizados pelo IBGE e dados do Ministério da Saúde.

As informações que temos a respeito dos crimes são limitantes. Os “números” dos crimes têm grandes restrições históricas, não sabemos ao certo o volume da violência na Idade Média, ou até mesmo na história do Brasil, com o seu enorme massacre de índios e negros. Como já dito anteriormente, esses crimes também devem ser compreendidos dentro de seu contexto social, pois refletem as características das normas de uma sociedade e, portanto, são dinâmicas.

Após as ressalvas de nível temporal, precisamos discutir as limitações dos boletins de ocorrência. Muitas vezes, as pessoas que são vítimas de crimes não o registram por uma descrença nos aparatos jurídicos de resolução de conflitos. Para outros, especialmente aqueles que ocorrem na esfera doméstica, o ato não deve ser levado ao espaço da “rua”, deve ficar em “casa”. Isso revela a necessidade de pesquisas de vitimização em nosso país. Em setembro de 2010, será divulgada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009 com um suplemento sobre vitimização. A última pesquisa como está no Brasil havia sido realizada em 1989. Esse suplemento atende uma demanda antiga de pesquisadores e formuladores de políticas públicas. Sabe-se que há grandes perdas de cifras quando se analisa apenas os boletins de ocorrência.

Mesmo os crimes registrados têm suas limitações. Quando um boletim de ocorrência é feito existem prévias tipificações de determinados crimes. No momento do registro, os policiais tipificam a ação ocorrida. Essas categorizações podem ser imagens estereotipadas

acionadas através de heurísticas. Além do mais um crime pode receber uma tipificação no momento de seu registro, mas seus efeitos podem sofrer modificações em um espaço de tempo. Para ilustrar podemos citar um crime em que a pessoa, em um assalto, leva um tiro (tentativa de homicídio), após o registro a pessoa morre, dificilmente esse crime é modificado no sistema da polícia civil para homicídio. “Nos boletins de ocorrência policiais, os eventos criminais, relatados tais como apresentados no momento do registro, não captavam alterações no seu desfecho.” (Vasconcelos & Costa, 2005, p. 36).

Em 2003, foi implantado o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal pelo Ministério da Justiça. Conforme afirmação de Vasconcelos & Costa (2005) esses dados pretendiam incorporar diversas fontes de informação sobre violência, tais como mortalidade, processos judiciais e pesquisas de vitimização. No entanto, passados sete anos, vemos que esse esforço não se consolidou, os sites estão fora do ar e as poucas estatísticas apresentadas se limitam aos boletins de ocorrência. Se há a disponibilização, estes não estão ao fácil acesso de população, conforme se previa. Como apontado por Durante (2009), no Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Ministério da Justiça tenta há anos fazer levantamento estatístico, mas esbarra na dificuldade que muitos municípios ainda têm para sintetizar os dados e divulgá-los; há no momento, um esforço para criar uma obrigação da divulgação destes dados, especialmente de órgãos de controle, através de acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Congresso Nacional, através de leis.

Assim, continua o esforço para a consolidação de uma base de dados única de segurança pública, onde haja uma convergência entre as diversas fontes de dados da criminalidade, sua linguagem e constante atualização.

Nesse momento, faremos um esforço de mapear as estatísticas disponíveis no Brasil sobre criminalidade. Vamos analisar algumas publicações e seus respectivos dados. Com

este capítulo, temos o objetivo de apresentar as informações disponíveis sobre criminalidade, seus principais dados e limitações.

Uma das faces mais visíveis da violência criminal são os homicídios. Estes dados são retirados dos registros policiais e das declarações de óbitos. Estes crimes são muitas vezes usados em análises de violência urbana, justamente por sintetizarem a “máxima” da violência. Além do mais, os homicídios, “... embora menos frequentes do que outros tipos de crimes despertam maior comoção pública e desempenham papel central na construção do sentimento de medo na população.” (Silveira, Silva e Beato, 2006, p. 77)

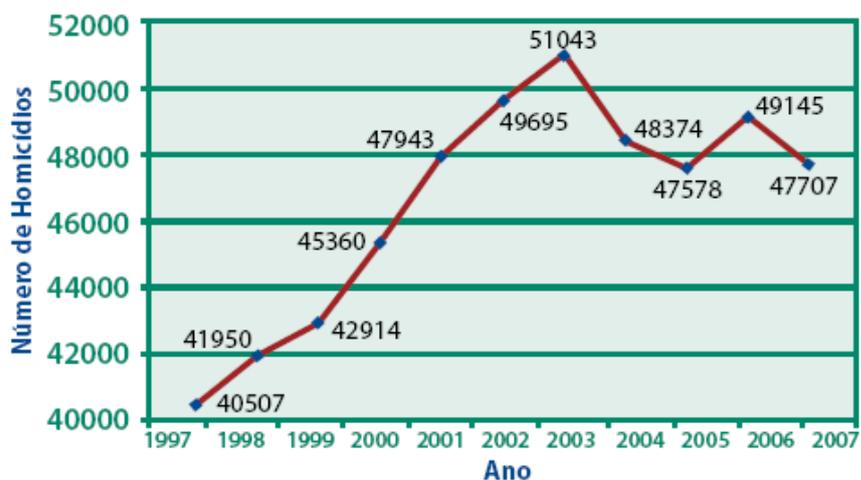
No código penal, o homicídio é um crime contra a vida, está tipificado no “art.121. Matar alguém”. É importante frisar que os homicídios são multideterminados. Há diversos motivos, causas e situações em que esse crime pode ocorrer. Esta complexidade faz com que observemos estes números refletindo sobre as suas diversas possibilidades de motivações.

Em 2010, foi publicado o “Mapa da violência 2010 – Anatomia dos homicídios no Brasil”, elaborado por Julio Jacobo Waiselfisz (2010). Nessa publicação é apresentado o volume histórico dos homicídios no Brasil, nos seguintes níveis de desagregação: capitais, regiões metropolitanas, municípios; além da análise por faixas etárias e sexo. As informações abrangem os óbitos constantes no Subsistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. O número de óbitos por morte violenta é contabilizado de acordo com o local onde ocorreu a morte e classificado segundo CID 10 (Classificação Internacional de Doenças). Conforme aponta as notas introdutórias deste estudo, considerou-se a seguinte descrição de morte violenta do CID-10, que

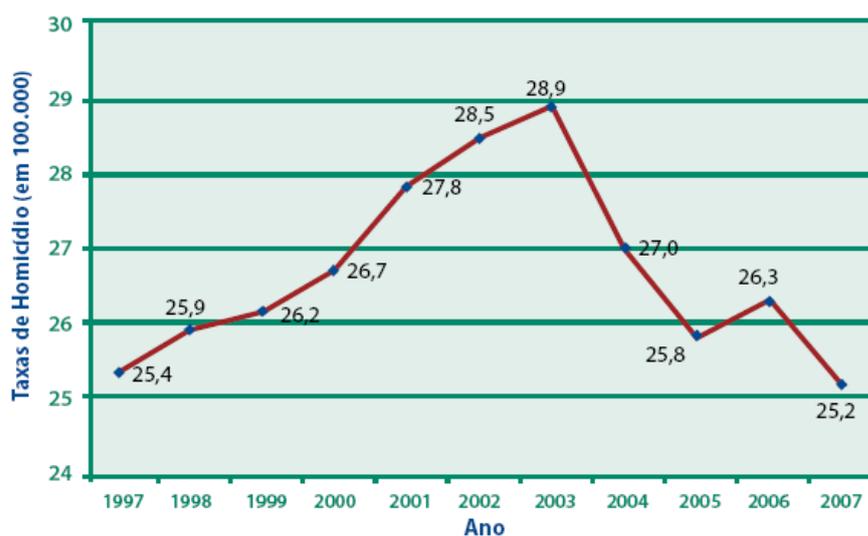
/.../ em seu Capítulo XX, classifica como “causas externas de morbidade e mortalidade”. Quando um óbito devido a causas externas (acidentes, envenenamento, queimadura, afogamento etc.) é registrado, descreve-se tanto a natureza da lesão como as circunstâncias que a originaram. Assim, para a codificação dos óbitos, foi utilizada a causa básica, entendida como o tipo de fato, violência ou acidente causante da lesão que levou à morte. Dentre as causas de óbito estabelecidas pelo CID-10, foi utilizado o agrupamento X85 a Y09, que recebe o título genérico de *Agressões*. Este capítulo caracteriza-se pela presença de uma agressão de terceiros, que utilizam qualquer meio para provocar danos, lesões ou a morte da vítima (Waiselfisz, 2010, p. 14)

Ao apresentar a evolução das taxas de homicídio no país, Waiselfisz (2010) afirma que “Na década 1997/2007, o número total de homicídios registrados pelo SIM passou de 40.507 para 47.707, o que representa um incremento de 17,8%, pouco inferior ao incremento populacional do período que, segundo estimativas oficiais, foi de 18,6%.” (p. 17)

No gráfico 1 é possível analisar o valor absoluto de homicídios no Brasil e no gráfico 2 a taxa de homicídios por 100 mil habitantes. No gráfico 1, observa-se a evolução do número de homicídios no Brasil entre os anos de 1997 e 2007. A queda observada a partir de 2003, conforme aponta Waiselfisz (2010) pode ser atribuída às políticas de desarmamento desenvolvidas neste período.

**Gráfico 1** – Número de homicídios. Brasil, 1997/2007.

Fonte: Mapa da violência 2010 – Anatomia dos homicídios no Brasil, p. 17, SIM/SVS/MS

**Gráfico 2** – Evolução das taxas de homicídio (em 100 mil). Brasil, 1997/2007.

Fonte: Mapa da violência 2010 – Anatomia dos homicídios no Brasil, p. 20, SIM/SVS/MS

O relevante desta análise é que apesar do valor absoluto de homicídios ter aumentado entre os anos de 1997 a 2007, a taxa por 100 mil habitantes registra queda. Muitas vezes, são apresentados dados absolutos para justificar o aumento da violência, especialmente nos meios de comunicação, mas não é considerado o incremento populacional, o que acaba reforçando o sentimento coletivo de insegurança. Em contrapartida, não se deve desconsiderar o volume de casos de homicídio, Waiselfisz (2010) destaca a magnitude dos

números. “No ano de 2007, com todas as quedas havidas, aconteceram acima de 47,7 mil homicídios, o que representa 131 vítimas diárias. /.../ Na década analisada morreram por homicídio nada mais, nada menos que 512 mil pessoas.”. Este comportamento de aumento no valor absoluto de homicídios é observado em todas as regiões, com exceção do sudeste. No Distrito Federal (DF), o crescimento foi de 22%. Estes valores podem ser observados na tabela abaixo.

**Tabela 1** – Número de homicídios na população total por UF e Região, 1997/2007.

UF/Região	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Δ%
ACRE	100	109	51	108	122	151	135	115	125	155	133	33,0
AMAPÁ	137	163	193	155	184	181	190	173	196	203	171	24,8
AMAZONAS	467	536	527	557	483	512	561	523	598	697	711	52,2
PARÁ	746	769	637	806	955	1.186	1.383	1.522	1.926	2.073	2.204	195,4
RONDONIA	357	489	434	466	565	606	559	562	552	589	435	21,8
RORAIMA	90	132	154	128	107	121	106	83	94	110	116	28,9
TOCANTINS	121	136	148	179	223	180	225	205	202	236	224	85,1
<b>NORTE</b>	<b>2.018</b>	<b>2.334</b>	<b>2.144</b>	<b>2.399</b>	<b>2.639</b>	<b>2.937</b>	<b>3.159</b>	<b>3.183</b>	<b>3.693</b>	<b>4.063</b>	<b>3.994</b>	<b>97,9</b>
ALAGOAS	642	585	552	724	836	989	1.041	1.034	1.211	1.617	1.839	186,4
BAHIA	1.975	1.251	890	1.223	1.579	1.735	2.155	2.255	2.823	3.278	3.614	83,0
CEARA	1.021	941	1.108	1.229	1.298	1.443	1.560	1.576	1.692	1.793	1.936	89,6
MARANHÃO	320	266	251	344	536	576	762	696	903	925	1.092	241,3
PARAIBA	491	454	404	519	490	608	620	659	740	819	861	75,4
PERNAMBUCO	3.710	4.428	4.200	4.276	4.697	4.431	4.512	4.173	4.307	4.478	4.560	22,9
PIAUI	153	141	131	234	279	315	316	347	386	437	406	165,4
RIO GRANDE DO NORTE	237	223	226	251	316	301	409	342	408	450	594	150,6
SERGIPE	190	176	338	416	532	549	473	464	492	597	526	176,8
<b>NORDESTE</b>	<b>8.739</b>	<b>8.465</b>	<b>8.100</b>	<b>9.216</b>	<b>10.563</b>	<b>10.947</b>	<b>11.848</b>	<b>11.546</b>	<b>12.962</b>	<b>14.394</b>	<b>15.428</b>	<b>76,5</b>
ESPIRITO SANTO	1.426	1.692	1.543	1.449	1.472	1.639	1.640	1.630	1.600	1.774	1.885	32,2
MINAS GERAIS	1.307	1.471	1.546	2.056	2.344	2.977	3.822	4.241	4.208	4.155	4.103	213,9
RIO DE JANEIRO	7.966	7.570	7.249	7.337	7.352	8.321	7.840	7.391	7.098	7.122	6.313	-20,8
SÃO PAULO	12.552	14.001	15.810	15.631	15.745	14.494	13.903	11.216	8.727	8.166	6.234	-50,3
<b>SUDESTE</b>	<b>23.251</b>	<b>24.734</b>	<b>26.148</b>	<b>26.473</b>	<b>26.913</b>	<b>27.431</b>	<b>27.205</b>	<b>24.478</b>	<b>21.633</b>	<b>21.217</b>	<b>18.535</b>	<b>-20,3</b>
PARANÁ	1.586	1.633	1.698	1.766	2.039	2.226	2.525	2.813	2.981	3.095	3.112	96,2
RIO GRANDE DO SUL	1.633	1.514	1.523	1.662	1.848	1.906	1.900	1.963	2.015	1.964	2.174	33,1
SANTA CATARINA	415	399	381	423	460	572	653	632	616	656	632	52,3
<b>SUL</b>	<b>3.634</b>	<b>3.546</b>	<b>3.602</b>	<b>3.851</b>	<b>4.347</b>	<b>4.704</b>	<b>5.078</b>	<b>5.408</b>	<b>5.612</b>	<b>5.715</b>	<b>5.918</b>	<b>62,9</b>
DISTRITO FEDERAL	668	720	723	770	774	744	856	815	745	769	815	22,0
GOIAS	695	636	800	1.011	1.102	1.275	1.259	1.427	1.398	1.410	1.426	105,2
MATO GROSSO	767	846	825	996	986	963	929	867	907	899	892	16,3
MATO GROSSO DO SUL	735	669	572	644	619	694	709	650	628	678	699	-4,9
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>2.865</b>	<b>2.871</b>	<b>2.920</b>	<b>3.421</b>	<b>3.481</b>	<b>3.676</b>	<b>3.753</b>	<b>3.759</b>	<b>3.678</b>	<b>3.756</b>	<b>3.832</b>	<b>33,8</b>
<b>BRASIL</b>	<b>40.507</b>	<b>41.950</b>	<b>42.914</b>	<b>45.360</b>	<b>47.943</b>	<b>49.695</b>	<b>51.043</b>	<b>48.374</b>	<b>47.578</b>	<b>49.145</b>	<b>47.707</b>	<b>17,8</b>

Fonte: Mapa da violência 2010 – Anatomia dos homicídios no Brasil, p. 19, SIM/SVS/MS

No anexo A desta dissertação é possível conferir a tabela com a taxa de homicídio por 100 mil habitantes na população total, por regiões e unidades da federação. Nesta tabela, observa-se que no centro-oeste, em 2007, registrou-se um índice 28,4 homicídios por 100 mil habitantes, um aumento de 6,6% em relação a 1997 (índice de 26,6). Especificamente no DF, observa-se, em 1997, uma taxa de 35,6 e, em 2007, de 33,5, o que representa uma queda de 5,9% entre estes anos.

Na tabela 2 são apresentados os quinze municípios com as maiores taxas médias de homicídio (em 100 mil) na população total, entre os anos de 2003 e 2007. Observa-se que dentro deste ranking, apenas uma cidade é capital (Maceió). Enquanto no Brasil, considerando todos os crimes e toda a população, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes é de 25,2; em Juruena (MT) a taxa é de 139, ou seja, um número quase seis vezes maior.

**Tabela 2** – Ranking dos 15 municípios com as maiores taxas médias de homicídio (em 100 mil) na população total. 2003/2007.

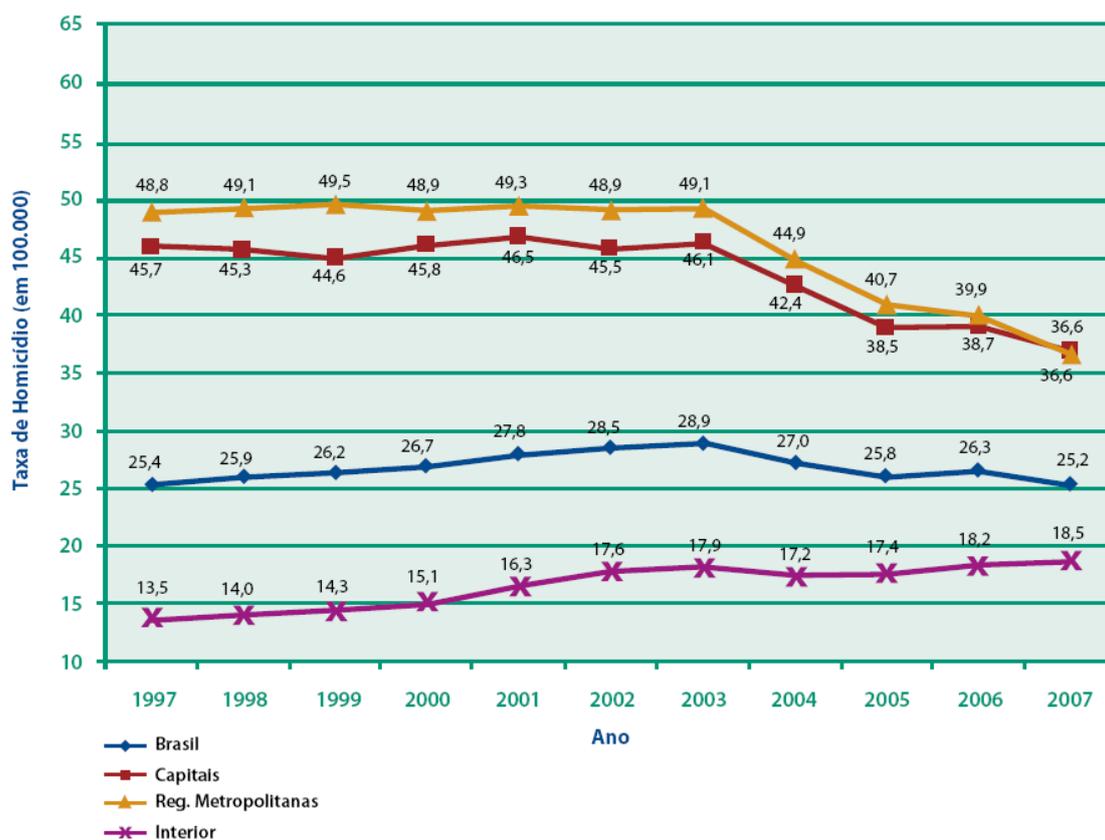
Pos.	MUNICÍPIO	UF	MÉDIA ANOS	POPUL. (1.000)	NÚMERO DE HOMICÍDIOS					TAXA HOMC.
					2003	2004	2005	2006	2007	
1º	JURUENA	MT	5	6,6	18	3	10	9	6	139,0
2º	NOVA TEBAS	PR	5	2,6	2	5	2	8	0	132,0
3º	TAILÂNDIA	PA	1	56,1	40	48	58	70	72	128,4
4º	GUAIRA	PR	3	27,5	12	23	36	24	28	106,6
5º	CORONEL SAPUCAIA	MS	3	13,8	8	17	17	13	13	103,6
6º	VIANA	ES	1	61,6	37	44	45	54	61	99,0
7º	TUNAS DO PARANA	PR	5	4,2	4	6	6	2	3	99,0
8º	MACEIO	AL	1	941,3	520	559	620	904	917	97,4
9º	ARAPIRACA	AL	1	204,8	66	84	121	135	198	96,7
10º	LINHARES	ES	1	124,6	66	65	85	106	120	96,3
11º	SERRA	ES	1	405,4	363	407	346	368	387	95,5
12º	FOZ DO IGUAÇU	PR	1	316,8	241	285	275	327	292	92,2
13º	NOVA UBIRATÁ	MT	5	8,1	8	3	10	4	12	91,7
14º	MARABÁ	PA	1	205,8	137	150	187	164	186	90,4
15º	ITAGUAI	RJ	1	97,8	89	75	79	70	87	88,9

Fonte: Mapa da violência 2010 – Anatomia dos homicídios no Brasil, p. 31, SIM/SVS/MS

Em geral, as capitais são os municípios mais destacados na mídia como violentos, o que destaca a participação dos meios de comunicação na sensação de medo generalizado que assola as cidades brasileiras. Este panorama nos mostra que a violência no Brasil tem grandes diferenciações regionais. Nem sempre, a violência está “concentrada” apenas nas cidades apontadas pelos meios de comunicação.

No gráfico 3 é possível analisar o comportamento dos homicídios nas capitais, regiões metropolitanas (RM), cidades do interior e Brasil..

**Gráfico 3** – Evolução das Taxas de Homicídio (em 100.000) desagregadas por área. Brasil, 1997/2007.



Fonte: Mapa da violência 2010 – Anatomia dos homicídios no Brasil, p. 129, SIM/SVS/MS

Observa-se que o crime de homicídio não é realidade apenas das grandes metrópoles. Observa-se que apesar da taxa de homicídios por 100 mil habitantes nas capitais e RM serem maiores, estes valores estão em queda; enquanto que nas cidades do interior esses valores estão em crescimento. Dessa forma, conforme aponta Waiselfisz (2010), “... essa diferença de ritmos, com Regiões Metropolitanas e Capitais estagnando ou caindo enquanto o interior continua crescendo, é o que denominamos, já desde os trabalhos de 2002, *Interiorização da Violência*, e que indica uma mudança nos pólos dinâmicos do crescimento dos homicídios” (p. 130)

É possível analisar ainda, nesta publicação, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes por sexo e raça/cor, observa-se a predominância do sexo masculino e raça/cor negra. Em 2007, no Brasil, a taxa para as mulheres era de 3,9 enquanto que para os homens era de 47,2. Além da concentração das vítimas de homicídio estar no sexo masculino, há também a predominância da raça/cor negra (pardos ou pretos). Em 2007, para a população negra, o Brasil registra um índice de 32,1, enquanto que para os brancos a taxa de homicídio é de 15,5. Estes números podem ser conferidos nos anexos B e C desta dissertação.

Outro importante esforço de mapear dados sobre a violência e criminalidade no país é a publicação do Anuário do fórum brasileiro de Segurança Pública (2009), que tem como objetivo compilar dados já existentes, que se encontravam dispersos em diferentes fontes e órgãos da administração pública. Nesta publicação, os dados das unidades de federação são distribuídos em dois grupos, que de acordo com a explicação metodológica, distribui os estados de acordo com a qualidade dos dados. “O primeiro reúne os estados com dados considerados mais robustos e, por isso mesmo, mais próximos de relatarmos os fenômenos do crime, da violência e da segurança pública. Já o segundo grupo engloba estados que ainda não possuem bons sistemas de informação, em termos de abrangência territorial e

qualidade da informação, mas que, em sua maioria, estão investindo esforços e recursos para melhorá-los” (Durante, 2009, p.7).

**Tabela 3 – Crimes letais intencionais, por tipo e UF, 2007/2008**

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados (1)	Unidades da Federação	Homicídio doloso					Latrocínio					Lesão corporal seguida de morte				
		Ns. absolutos		Taxas (2)			Ns. absolutos		Taxas (2)			Ns. absolutos		Taxas (2)		
		2007	2008	2007	2008	Crescimento (%)	2007	2008	2007	2008	Crescimento (%)	2007	2008	2007	2008	Crescimento (%)
Grupo 1	Distrito Federal	567	654	23,3	25,6	9,8	49	60	2,0	2,3	16,6	9	10	0,4	0,4	5,8
	Espírito Santo (3)	1.903	1.958	54,1	56,7	4,9	10	24	0,3	0,7	144,6	...	...	...	...	...
	Goiás	1.268	1.407	21,7	24,1	10,9	57	55	1,0	0,9	-3,6	23	13	0,4	0,2	-43,5
	Mato Grosso	844	746	29,0	25,2	-13,0	43	56	1,5	1,9	28,1	32	38	1,1	1,3	16,8
	Mato Grosso do Sul	571	459	24,5	19,6	-19,8	22	22	0,9	0,9	-0,2	7	17	0,3	0,7	142,4
	Minas Gerais	2.812	2.194	14,3	11,1	-22,5	82	65	0,4	0,3	-21,3	...	...	...	...	...
	Paraná	...	2.831	...	26,7	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
	Pernambuco	4.285	4.235	49,9	48,5	-2,8	109	127	1,3	1,5	14,6	1	12	-	0,1	...
	Rio de Janeiro	5.504	5.235	35,0	33,0	-5,7	163	185	1,0	1,2	12,5	40	44	0,3	0,3	9,1
	Rio Grande do Sul	1.557	1.646	14,1	15,2	7,9	...	82	...	0,8	...	98	88	0,9	0,8	-8,3
Santa Catarina	607	685	10,0	11,3	12,8	29	39	0,5	0,6	34,4	50	72	0,8	1,2	43,9	
São Paulo	4.877	4.426	11,7	10,8	-7,8	218	267	0,5	0,7	24,4	...	...	...	...	...	
Grupo 2	Acre	168	...	23,9	...	...	1	...	0,1	...	...	3	...	0,4	...	...
	Alagoas	1.806	2.070	58,5	66,2	13,1	26	38	0,8	1,2	44,2	13	20	0,4	0,6	51,8
	Amapá	117	117	18,4	19,1	3,8	5	17	0,8	2,8	253,0	11	10	1,7	1,6	-5,6
	Amazonas	536	691	15,8	20,7	30,8	24	26	0,7	0,8	9,9	8	8	0,2	0,2	1,4
	Bahia	3.497	4.143	24,8	28,6	15,1	122	110	0,9	0,8	-12,4	89	97	0,6	0,7	5,8
	Ceará	1.847	1.903	22,2	22,5	1,6	126	91	1,5	1,1	-28,8	66	73	0,8	0,9	9,1
	Maranhão	974	988	15,5	15,7	0,8	82	64	1,3	1,0	-22,5	92	32	1,5	0,5	-65,4
	Pará	2.251	2.916	31,1	39,8	28,3	242	206	3,3	2,8	-15,7	25	48	0,3	0,7	90,1
	Paraíba	612	844	16,8	22,6	34,5	32	38	0,9	1,0	15,8	9	11	0,2	0,3	19,2
	Piauí	290	303	9,5	9,7	2,7	2	3	0,1	0,1	47,4	6	3	0,2	0,1	-50,9
	Rio Grande do Norte	697	510	22,6	16,4	-27,4	39	21	1,3	0,7	-46,5	81	63	2,6	2,0	-22,8
	Rondônia	364	437	22,9	29,3	27,8	22	18	1,4	1,2	-12,9	12	10	0,8	0,7	-11,3
	Roraima	48	46	11,6	11,1	-3,6	1	1	0,2	0,2	0,6	3	2	0,7	0,5	-32,9
	Sergipe	511	516	25,1	25,8	2,7	12	15	0,6	0,8	27,1	1	8	-	0,4	...
	Tocantins	203	219	14,9	17,1	14,5	12	7	0,9	0,5	-38,1	3	10	0,2	0,8	253,7

(1) Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados (vide introdução).

(2) Por 100 mil habitantes.

(3) Os dados referentes ao ano de 2007 foram retificados pelo Estado. Fonte: GEAC/SESP.

(em rosa) Inclui os dados de Auto de Resistência e policiais mortos em serviço.

(...) Informação não disponível.

Fonte: Ministério da Justiça/ Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP; Secretarias Estaduais de Segurança Pública; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 10.

Na tabela 3 é possível observar que das 27 Unidades da Federação, 18 tiveram aumento no número de homicídios dolosos. O DF está com crescimento de 9,8% neste crime. É possível analisar ainda os latrocínios (forma de roubo com morte da vítima) e as lesões corporais seguidas de morte. No primeiro crime, 14 UF tiveram crescimento,

incluindo o DF com 16,6%. No segundo, 12 UF tiveram crescimento e o DF com aumento de 5,8%.

Outra fonte de dados utilizada para análise da criminalidade são as estatísticas da polícia civil; especialmente, quando há interesse em analisar os crimes de maneira tipificada em um determinado espaço social. Para esta pesquisa foram analisados os relatórios temáticos da polícia civil do Distrito Federal.

O crime de homicídios pode ser classificado em subtipos, segundo a sua motivação: drogas, motivo fútil, vingança, acerto de contas, álcool, gangues, erro e crime passional. Segundo o registro deste crime, em todo o Distrito Federal, pode ser observada a seguinte linha de tendência, entre os anos de 1996 a 2010 (projeção):

**Gráfico 4** – Projeção da linha de tendência anual das ocorrências de homicídios consumados, registrados pela PCDF, entre os anos de 1996 a 2010.



Fonte: DEPO/PCDF

Na análise da taxa de homicídios por 100 mil habitantes observamos oscilações. Na tabela 4 é possível identificar aumento no valor absoluto de homicídios, no entanto, quando se analisa a taxa por 100 mil habitantes, observa-se queda em alguns anos e estabilidade do índice em outros. Apenas para ilustrarmos a questão da perda de cifras,

observamos que enquanto na publicação “Mapa da violência 2010” o DF registra uma taxa de 33,5 homicídios por 100 mil habitantes em 2007 (valor absoluto de 815 homicídios), nos boletins de ocorrência, encontramos uma taxa de 23,1 (valor absoluto de 567 homicídios), número inferior a primeira fonte de informação, no entanto, os dados da polícia civil estão condizentes com as informações do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

**Tabela 4** – Taxa de homicídios consumados por 100 mil habitantes, de acordo com as ocorrências registradas pela PCDF, entre 1996 e 2007, e projeção de eventos entre 2008 e 2010.

Ano	População estimada	Homicídios	Taxa por 100 mil habitantes	Taxa de incremento da população ano anterior	Taxa de incremento de homicídio ano anterior
1996	1.821.946	507	27,8		
1997	1.877.015	515	27,4	3,02%	1,58%
1998	1.923.406	526	27,3	2,47%	2,14%
1999	1.969.868	477	24,2	2,42%	-9,32%
2000	2.016.497	579	28,7	2,37%	21,38%
2001	2.097.447	540	25,7	4,01%	-6,74%
2002	2.145.839	497	23,2	2,31%	-7,96%
2003	2.189.789	586	26,8	2,05%	17,91%
2004	2.282.049	553	24,2	4,21%	-5,63%
2005	2.333.108	515	22,1	2,24%	-6,87%
2006	2.383.784	539	22,6	2,17%	4,66%
2007	2.455.903	567	23,1	3,03%	5,19%
2008	2.483.697	610	24,6	1,13%	7,58%
2009	2.532.691	653	25,8	1,97%	7,05%
2010	2.580.970	696	27,0	1,91%	6,58%

Fonte: DEPO/PCDF. População estimada: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) (acessado em 1º de junho de 2008)

Neste mesmo relatório, além da evolução do crime de homicídios entre os anos de 1996 a 2010 (projeções), há análises mais específicas para a comparação 2007/2008. Analisou-se o dia e hora em que este crime mais ocorre, observa-se que o maior destaque é para os domingos a noite (18h a 23h59).

**Tabela 5** – Comparativo de ocorrências de janeiro a junho de 2008, segundo dia da semana e horário.

Dia da Semana	Faixa Horária				Total	%
	00h00 a 05h59 (madrugada)	06h00 a 11h59 (manhã)	12h00 a 17h59 (tarde)	18h00 a 23h59 (noite)		
SEGUNDA	14	5	8	10	37	12,0
TERÇA	13	4	9	20	46	14,9
QUARTA	6	5	6	12	29	9,4
QUINTA	5	3	9	17	34	11,0
SEXTA	8	3	6	15	32	10,4
SÁBADO	13	5	7	21	46	14,9
DOMINGO	28	12	16	29	85	27,5
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>37</b>	<b>61</b>	<b>124</b>	<b>309</b>	
<b>Varição (%)</b>	<b>28,2</b>	<b>12,0</b>	<b>19,7</b>	<b>40,1</b>		

Fonte: DEPO/PCDF

Neste relatório é possível analisar ainda o sexo e faixa etária das vítimas e agressores, o local onde ocorreu a violência e as motivações do crime. A tabela 6 destaca a principal faixa etária dos agressores e das vítimas de homicídios: jovens de 18 a 24 anos. Como frisado no relatório da polícia civil, esses dados apontam a vulnerabilidade dos jovens no fenômeno da criminalidade, sendo predominante o papel dos homens tanto entre os agressores quanto como vítima.

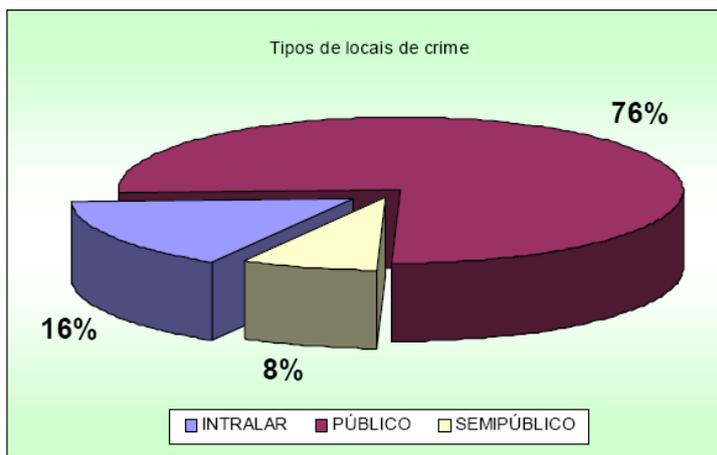
**Tabela 6** – Sexo e faixa etária das vítimas e agressores, no ano de 2007/2008.

Faixa etária	Agressor			Vítima		
	feminino	masculino	total	feminino	masculino	total
DE 00 A 05 ANOS	0	0	0	0	0	0
DE 06 A 11 ANOS	0	0	0	0	2	2
DE 12 A 15 ANOS	1	8	9	1	10	11
DE 16 A 17 ANOS	1	38	39	4	23	27
DE 18 A 24 ANOS	2	77	79	7	102	109
DE 25 A 30 ANOS	0	46	46	3	61	64
DE 31 A 35 ANOS	1	20	21	2	40	42
DE 36 A 40 ANOS	1	14	15	3	14	17
DE 41 A 45 ANOS	1	3	4	1	18	19
DE 46 A 50 ANOS	0	3	3	1	10	11
DE 51 A 55 ANOS	0	2	2	0	5	5
DE 56 A 60 ANOS	0	0	0	1	2	3
MAIOR DE 60 ANOS	0	0	0	1	2	3
NÃO IDENTIFICADO	0	2	2	0	5	5
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>213</b>	<b>220</b>	<b>24</b>	<b>294</b>	<b>318</b>

Fonte: DEPO/PCDF

De todos os homicídios registrados pela polícia civil, a maior ocorrência está nos espaços urbanos, conforme gráfico abaixo:

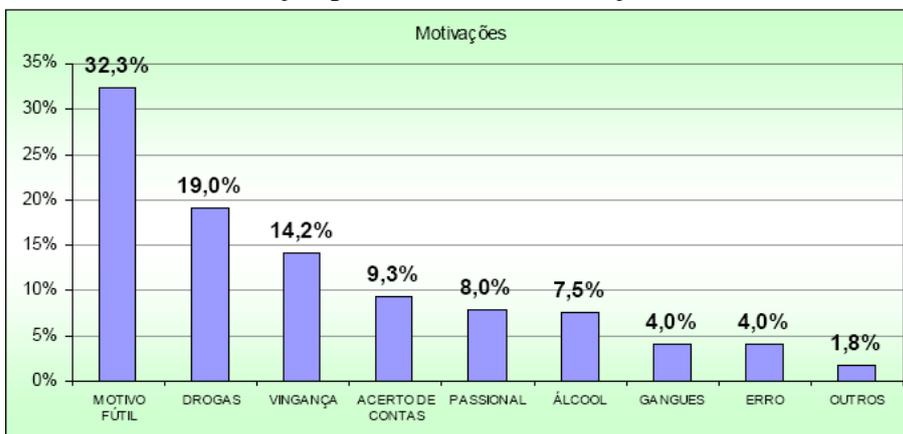
**Gráfico 5** – Distribuição percentual das ocorrências de acordo com o tipo de local onde foram praticadas.



Fonte: DEPO/PCDF

Como já destacado acima, diversas são as motivações que podem levar uma pessoa a cometer homicídio. Há a predominância do “motivo fútil”, seguido de “drogas” e “vingança”. É importante frisar que a interpretação da motivação é da polícia que registra a ocorrência.

**Gráfico 6** – Distribuição percentual das motivações.



Fonte: DEPO/PCDF

Dentre outras análises, esse relatório destaca ainda que em 73,1% dos homicídios, o instrumento utilizado foi a arma de fogo.

Na tabela 7, observa-se o número de ocorrências de homicídio, em 2006, por regiões administrativas. A RA de Ceilândia tem o maior número de casos de homicídios (60), seguido de Samambaia (34) e Planaltina (33).

**Tabela 7** – Taxa de homicídios consumados por 10 mil habitantes nas Regiões Administrativas, de acordo com as ocorrências registradas pela PCDF no ano de 2008.

Nr.	Região Administrativa	População estimada	Homicídio	Taxa por 10 mil habitantes
RA 01	BRASILIA	198.906	13	0,65
RA 02	GAMA	112.019	15	1,34
RA 03	TAGUATINGA	223.452	12	0,54
RA 04	BRAZLÂNDIA	48.958	10	2,04
RA 05	SOBRADINHO	61.290	2	0,33
RA 06	PLANALTINA	141.097	33	2,34
RA 07	PARANOÁ	39.630	8	2,02
RA 08	NÚCLEO BANDEIRANTE	22.688	3	1,32
RA 09	CEILÂNDIA	332.455	60	1,80
RA 10	GUARÁ	112.989	6	0,53
RA 11	CRUZEIRO	40.934	1	0,24
RA 12	SAMAMBAIA	147.907	34	2,30
RA 13	SANTA MARIA	89.721	25	2,79
RA 14	SÃO SEBASTIÃO	69.469	13	1,87
RA 15	RECANTO DAS EMAS	102.271	16	1,56
RA 16	LAGO SUL	24.406	0	0,00
RA 17	RIACHO FUNDO	26.093	4	1,53
RA 18	LAGO NORTE	23.000	2	0,87
RA 19	CANDANGOLÂNDIA	13.660	2	1,46
RA 20	ÁGUAS CLARAS	43.623	14	3,21
RA 21	RIACHO FUNDO II	17.386	0	0,00
RA 22	SUDOESTE/OCTOGONAL	46.829	1	0,21
RA 23	VARJÃO DO TORTO	5.945	4	6,73
RA 24	PARK WAY	19.252	0	0,00
RA 25	ESTRUTURAL	14.497	12	8,28
RA 26	SOBRADINHO II	71.805	6	0,84
RA 27	JARDIM BOTÂNICO	-	-	-
RA 28	ITAPOÁ	46.252	10	2,16
RA 29	SIA	-	3	-

Fonte: DEPO/PCDF e população estimada em 2004 pela CODEPLAN/2004.

Essas ocorrências são também analisadas através da taxa de homicídios por 10 mil habitantes, segundo a região administrativa. O número de registros do período entre janeiro

e junho de 2008 é cotejado com os dados de população, referentes ao ano de 2004. As regiões administrativas que apresentaram as maiores taxas foram: Estrutural (8,28), Varjão do Torto (6,73), Águas Claras (3,21) e Santa Maria (2,79). A Região Administrativa de Ceilândia, cidade com maior número absoluto de registros, torna-se a 12ª cidade com maior taxa (1,80 homicídios para cada grupo de 10 mil habitantes).

A seguir analisaremos especificamente os dados da Ceilândia.

**Tabela 8** – Comparativo anual da criminalidade. Ceilândia, 2006/2007.

NATUREZA/ MÊS/ ANO	TOTAL		VARIAÇÃO
	2006	2007	Quant.
Homicídio	108	108	0
Tentativa de homicídio	163	176	13
Lesão seguida de morte	3	1	-2
Lesão corporal dolosa	1.867	1.735	-132
Estupro	43	37	-6
Tentativa de estupro	9	6	-3
Atentado violento ao pudor	39	52	13
Tentativa de atentado violento ao pudor	1	2	1
Roubo a caminhão de bebida	17	3	-14
Roubo a posto de combustível	43	49	6
Roubo a transeunte	3.911	4.163	252
Roubo a transporte coletivo	113	186	73
Roubo com restrição de liberdade	29	51	22
Roubo concurso com extorsão	3	4	1
Roubo de carga	1	2	1
Roubo de veículo	251	269	18
Roubo em comércio	249	250	1
Roubo em residência	71	66	-5
Roubo seguido de morte	13	9	-4
Tentativa de latrocínio	35	22	-13
Roubos diversos	93	113	20
Furto a transeunte	2.868	2.810	-58
Furto de veículo	833	802	-31
Furto em comércio	413	461	48
Furto em residência	1.489	1.381	-108
Furto em veículo	1.064	865	-199
Furtos diversos	1.057	1.117	60
Disparo de arma de fogo	90	84	-6
Estelionato	769	1.051	282
Arremesso de projétil	104	89	-15
Aborto	1	1	0
Abuso de autoridade	6	4	-2
Ameaça	1.197	1.089	-108
Contrabando ou descaminho	5	-	-5
Corrupção ativa	1	1	0
Crime contra o consumidor	8	5	-3
Crimes contra o meio ambiente	13	20	7
Danos ao patrimônio público	28	40	12
Danos ao patrimônio público	360	347	-13
Desacato	74	126	52
Exercício arbitrário próprias razões	46	38	-8
Extorsão	27	14	-13
Injúria	468	632	164
Lesão corporal culposa	12	11	-1

Fonte: DEPO/PCDF

Na tabela 8 observa-se que dentre os crimes que apresentaram variação para mais significativa, destaca-se o “roubo a transeunte” de 3.911 ocorrências para 4.163; o “roubo a transporte coletivo” de 113 ocorrências para 186; o “roubo com restrição de liberdade” de 29 ocorrências para 51, os “roubos diversos” de 93 ocorrências para 113, o “furto ao comércio” de 413 ocorrências para 461, o “furtos diversos” de 1.057 ocorrências para 1.117, a “tentativa de roubo” de 46 ocorrências para 74 e o “estelionato” de 769 ocorrências para 1.051; há destaque ainda para desacato e injúria, além da tipificação “crimes diversos”. Estes números demonstram um ritmo de crescimento acentuado nas violências urbanas criminais na Ceilândia.

Para análise da violência no DF, apresentaremos ainda a pesquisa de vitimização realizada pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), em dezembro de 2004. Este estudo tem por objetivo, preencher as lacunas da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) elaborada pelo IBGE, com dados por UF. Inicialmente, a PDAD seria realizada periodicamente, no entanto, o único dado elaborado e disponível até a elaboração desta dissertação é de 2004. Neste capítulo serão apresentadas as tabelas de vitimização. No próximo capítulo, sobre a Região Administrativa da Ceilândia, serão apresentadas as tabelas sócio-demográficas da PDAD.

Perguntou-se aos entrevistados com mais de 10 anos de idade, se estes já haviam sofrido algum tipo de violência, se sim, em qual localidade; os resultados são apresentados nas tabelas 9 e 10. Das 1.758.552 pessoas com mais de 10 anos, 99.180 afirmaram que já sofreram alguma violência, sendo a principal furto (51,1%), seguido de roubo (22,6%). Sobre o local, há a predominância das violências ocorridas nas cidades onde tais pessoas residem (50,7%).

**Tabela 9** – População urbana, segundo o tipo de violência sofrida. DF, 2004.

<i>Tipo de Violência Sofrida</i>	<i>População</i>	<i>Percentual</i>
Tentativa de Homicídio	1.324	1,3%
Agressão física	6.291	6,3%
Furto	50.727	51,1%
Residência furtada	8.292	8,4%
Roubo	22.436	22,6%
Residência Roubada	4.233	4,3%
Estupro	557	0,6%
Seqüestro Relâmpago	1.460	1,5%
Outros	3.861	3,9%
<b>Total</b>	<b>99.180</b>	<b>100,0%</b>
Menor de 10 anos	337.982	-
Não sofreu	1.659.372	-
<b>Total Geral</b>	<b>2.096.534</b>	<b>-</b>

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, 2004, p. 73. SEPLAN/CODEPLAN.

**Tabela 10** – População urbana, segundo o local da violência sofrida. DF, 2004.

<i>Local da Violência Sofrida</i>	<i>População</i>	<i>Percentual</i>
Na residência	24.610	24,7%
No local de trabalho	7.090	7,1%
Na cidade em que reside	50.412	50,7%
Na cidade em que trabalha	3.879	3,9%
Nas proximidades da escola	2.632	2,6%
Outros	10.558	10,9%
<b>Total</b>	<b>99.180</b>	<b>100,0%</b>
Menor de 10 anos	337.982	-
Não sofreu	1.659.372	-
<b>Total Geral</b>	<b>2.096.534</b>	<b>-</b>

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, 2004, p. 73. SEPLAN/CODEPLAN.

Todos esses dados nos mostram panoramas da violência no Brasil e, principalmente no Distrito Federal. Dados criminais são constantemente expostos pela mídia, especialmente os casos ocorridos nas grandes capitais. Essa exposição reforça a idéia de que a violência vem crescendo a cada dia, ganhando proporções inimagináveis, onde o perigo está sempre presente. Dados estatísticos são utilizados recorrentemente pelos meios de comunicação como forma de conferir maior legitimidade a informação sobre a

violência, em geral, com formato alarmante e espetacular. (Paula, 2007). Cria-se nesse processo as “zonas de risco” e a construção social dos espaços “mais perigosos”. A violência assume um caráter de imprevisibilidade, orienta as práticas sociais do cotidiano. Ocorrem as mudanças de hábitos: instalar grades de segurança e câmeras, reforçar muros, proteger as casas, afastar-se dos espaços da rua, dos delinquentes e marginalizados. As análises destas fontes e dados demonstram que os números da criminalidade são ainda extremamente limitantes. Não há sincronia entre as informações e nem sobre a forma de coleta dos números. Há ainda muito que se avançar em estatísticas de criminalidade.

Nos dados da polícia civil do DF, observa-se que a Ceilândia ocupa posição de destaques nos valores absolutos dos crimes expostos; esta foi a motivação inicial desta pesquisa: Quais as representações sociais que os moradores do “lugar” mais “perigoso” das estatísticas policíacas tem sobre o fenômeno da violência urbana?

Este capítulo teve por objetivo apresentar os principais dados disponíveis sobre criminalidade, suas divergências e limitações. Com a discussão dos grupos focais analisaremos até que ponto estas idéias estão presentes nas representações sociais de violência urbana dos moradores da Ceilândia. A seguir, faremos revisão do panorama sócio-econômico desta região administrativa do Distrito Federal.

#### **Capítulo 4 - Apresentação do espaço de pesquisa: Ceilândia, região administrativa do Distrito Federal.**

Inicialmente, serão apresentadas análises demográficas do Distrito Federal (DF). Em um segundo momento, serão apresentados os principais dados da Ceilândia. A análise destes territórios é relevante para esta pesquisa porque como afirma Yves La Coste, “o espaço não é neutro nem inocente” (citado por Ferreira e Penna, 2005, p.73). A violência urbana, especialmente no DF, tem estreita relação com a forma de urbanização ocorrida neste território. Como afirma Ferreira e Penna (2005), “/.../ com o objetivo de preservar a arquitetura modernista e o caráter monumental da cidade capital, o poder público estabeleceu, ao longo do tempo, vários programas e políticas habitacionais para conter a presença de invasões e favelas no Plano Piloto.” (p. 74). Assim, quando analisamos as representações de violência dos moradores da Ceilândia, precisamos analisar seus principais dados sócio-históricos.

Em dezembro de 2004, foi publicada a PDAD (Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios). Este estudo tem por objetivo, preencher as lacunas da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) elaborada pelo IBGE, com dados por UF. Inicialmente, a PDAD seria realizada periodicamente, no entanto, o único dado elaborado e disponível é de 2004, como falado no capítulo anterior, o qual será aqui apresentado. Segundo esta publicação, das 2.096.534 habitantes do Distrito Federal, 51,9% são mulheres e 48,1% são homens. Quanto à distribuição raça/cor, observa-se, que 47,5% são pardos/mulatos e 39,7% são brancas. Estas pessoas compõem 563.195 domicílios. Quando se analisa a naturalidade das pessoas que residem no Distrito Federal (DF), observamos que a maior parte das pessoas nasceu no DF (48,0%). Esse número é seguido da região

Nordeste (26,7%). É importante destacar que 1,3% das pessoas são naturais do Entorno<sup>1</sup>. Outra análise importante desta publicação é a renda domiciliar mensal, onde se observa que 59,5% dos domicílios recebem até cinco salários mínimos. Todos estes dados poderão ser conferidos nos anexos D, E, F e G.

Quando analisamos as informações por região administrativa (RA), observa-se que a maior parte da população do DF concentra-se na Ceilândia (Tabela 11), com 332.455 pessoas.

**Tabela 11** – Distribuição da população residente, segundo as regiões administrativas. DF, 2004.

Distrito Federal e Regiões Administrativas	Total	Grupos de Idade											
		Até 1 ano	2 a 4 anos	5 a 6 anos	7 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 18 anos	19 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
<b>Valores Absolutos</b>													
<b>Distrito Federal</b>	<b>2.096.534</b>	<b>56.422</b>	<b>105.256</b>	<b>70.457</b>	<b>105.852</b>	<b>177.769</b>	<b>167.658</b>	<b>281.351</b>	<b>209.363</b>	<b>179.128</b>	<b>424.195</b>	<b>164.803</b>	<b>154.280</b>
Brasília	198.906	2.623	5.040	3.420	5.476	12.315	12.470	24.221	24.529	19.412	48.646	19.361	21.393
Gama	112.019	2.985	4.809	3.676	6.329	9.811	8.263	14.123	10.421	9.479	22.194	8.818	11.111
Taguatinga	223.452	4.737	9.093	5.662	9.066	16.225	17.695	32.749	22.677	17.069	49.031	19.112	20.336
Brazlândia	48.958	1.726	2.573	2.031	2.811	5.113	4.706	6.772	4.165	3.928	8.159	3.590	3.384
Sobradinho	61.290	1.437	3.114	1.946	2.365	3.862	5.061	8.293	6.078	4.341	13.174	5.209	6.410
Planaltina	141.097	4.159	8.970	6.329	9.284	14.934	13.469	17.391	13.128	12.135	25.187	8.838	7.273
Paranoá	39.630	1.343	2.633	1.659	2.396	3.976	3.871	5.583	4.186	2.712	7.271	2.054	1.946
Núcleo Bandeirante	22.688	432	930	606	843	1.363	1.708	3.634	1.903	1.839	5.040	1.860	2.530
<b>Ceilândia</b>	<b>332.455</b>	<b>9.986</b>	<b>19.043</b>	<b>12.642</b>	<b>17.251</b>	<b>26.757</b>	<b>23.300</b>	<b>49.291</b>	<b>37.577</b>	<b>30.214</b>	<b>55.823</b>	<b>28.326</b>	<b>22.245</b>
Guará	112.989	2.528	3.737	2.803	5.167	7.089	8.216	15.471	10.166	10.193	22.584	11.733	13.302
Cruzeiro	40.934	698	1.367	976	1.590	3.237	3.209	6.418	4.046	3.125	9.290	3.377	3.601
Samambaia	147.907	4.217	9.197	5.252	8.299	14.392	14.584	22.039	12.516	10.584	30.720	9.769	6.338
Santa Maria	89.721	2.289	3.825	2.898	5.101	10.231	9.562	12.433	7.216	6.462	20.285	6.289	3.130
São Sebastião	69.469	2.861	4.507	3.291	5.152	6.368	4.937	8.085	7.011	7.620	13.451	3.291	2.895
Recanto das Emas	102.271	3.285	7.716	4.581	7.566	12.629	9.284	11.092	7.506	9.495	20.768	4.852	3.497
Lago Sul	24.406	303	534	392	730	1.121	1.550	3.047	2.297	1.691	5.094	3.582	4.065
Riacho Fundo	26.093	779	1.389	989	1.305	2.714	2.335	3.346	2.147	2.210	5.537	1.745	1.597
Lago Norte	23.000	228	368	385	543	1.103	1.559	4.009	2.363	1.296	4.290	3.991	2.865
Candangolândia	13.660	345	630	427	616	1.056	973	1.839	1.507	1.268	2.623	1.211	1.165
Águas Claras	43.623	1.227	2.064	1.674	2.539	3.933	3.681	5.076	4.407	3.793	9.317	3.488	2.424
Riacho Fundo II	17.386	478	1.017	733	1.121	1.780	1.451	1.793	1.525	1.510	4.453	989	536
Sudoeste/Octogonal	46.829	1.561	1.929	1.306	1.221	2.385	2.867	5.336	5.250	5.506	11.749	4.172	3.547
Varjão	5.945	220	337	215	336	458	660	747	621	464	1.212	388	287
Park Way	19.252	444	619	460	746	1.491	1.364	2.553	1.728	1.537	4.312	2.077	1.921
Estrutural	14.497	694	1.430	844	1.420	1.837	1.121	1.431	1.462	1.197	2.381	428	252
Sobradinho II	71.805	1.876	4.004	2.632	3.192	6.664	6.636	8.540	7.532	5.572	15.232	4.620	5.305
Itapoã	46.252	2.961	4.381	2.628	3.387	4.925	3.126	6.039	5.399	4.476	6.372	1.633	925

Fonte: SEPLAN/ CODEPLAN/ PDAD, 2004

<sup>1</sup> Consideram-se cidades do Entorno os municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Buritis, Cabeceiras, Cabeceira Grande, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Unai e Valparaíso de Goiás.

Quando analisamos os dados apenas da Ceilândia, observamos que a raça/cor predominante é parda/mulata (162.371 pessoas), seguida de branca (137.172 pessoas), e o número médio de pessoas por domicílio é de 3,7 pessoas (anexos H e I).

Na tabela 12 é possível constatar que a maior parte das pessoas que residem na Ceilândia são naturais do Nordeste (106.615), seguido de outras regiões administrativas do DF (96.021) e a própria Ceilândia (73.360).

**Tabela 12** – População residente por naturalidade. DF, 2004.

Distrito Federal e Regiões Administrativas	Total	Naturalidade								
		Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste <sup>1</sup>	Distrito Federal <sup>2</sup>	Região Administrativa	Entorno	Exterior
<b>Valores Absolutos</b>										
<b>Distrito Federal</b>	<b>2.096.534</b>	<b>43.487</b>	<b>558.586</b>	<b>287.347</b>	<b>30.333</b>	<b>136.836</b>	<b>681.941</b>	<b>325.035</b>	<b>26.837</b>	<b>6.135</b>
Brasília	198.906	5.759	35.688	48.389	10.516	15.478	1.774	78.884	1.183	1.234
Ceilândia	332.455	5.121	106.615	29.158	1.120	16.868	96.021	73.360	3.777	416

Fonte: SEPLAN/ CODEPLAN/ PDAD, 2004

Estes dados demográficos foram apresentados com o objetivo de apontar informações sobre o espaço escolhido para esta pesquisa: a região administrativa da Ceilândia. Observa-se que esta é uma região vulnerável. Para compreendermos melhor as representações sociais de violência deste grupo é necessário conhecer um pouco dos seus aspectos sócio-econômicos e históricos. Como afirma Santos (2009), “Se o sujeito se constrói em um contexto social específico, se ele se torna sujeito em um ambiente social, para compreender os processos psicológicos desse sujeito é fundamental compreender também a sociedade em que ele se constitui.” (p. 56). A seguir analisaremos a história da Ceilândia.

A Ceilândia é uma região Administrativa do Distrito Federal do Brasil, criada através da lei 049 de 25 de outubro de 1989. Conforme as informações do site<sup>2</sup> da Administração Regional da Ceilândia, em 1969, Brasília já tinha 79.128 favelados, que moravam em 14.607 barracos. Naquele ano, criou-se um grupo de trabalho que mais tarde se transformou em Comissão de Erradicação de Favelas. A Campanha de Erradicação das Invasões (CEI) demarcou lotes ao norte de Taguatinga para a transferência destas famílias. Em 1971, foram assentadas as vinte primeiras famílias. O Secretário Otomar Lopes Cardoso deu à nova localidade o nome de Ceilândia, inspirado na sigla CEI e na palavra de origem norte-americana “landia”, que significa cidade (o sufixo inglês estava na moda).

Além do mais, esta transferência segue a racionalidade do processo de formação de Brasília, de uma clara segregação urbana, conforme aponta Nunes (2004), há um controle do espaço da cidade de Brasília, onde se deve impedir a presença de favelas. Toda a população “indesejada” é transferida para regiões administrativas. Esses espaços nascem já com uma forte estigmatização de exclusão social, com infra-estrutura precária. Souza e Machado (1999) refletem esta realidade no trecho:

A cidade iniciou sua existência com a marca da exclusão, como depositário dos incômodos habitantes que denegriam a imagem da nova capital, ocasionando a configuração de um imaginário social negativo em relação aos seus habitantes: a cidade dos erradicados, dos carentes, dos favelados. Ao mesmo tempo, os moradores buscaram construir uma identidade própria, pautada em ações coletivas voltadas para a conquista da dignidade de vida e da cidadania, por meio de várias formas de resistência. (p. 16)

---

<sup>2</sup> As informações históricas da Ceilândia foram retiradas do site <http://www.ceilandia.df.gov.br/>, acessado em 03 de abril de 2010.

Atualmente, Ceilândia ainda convive com muitas precariedades. É uma das regiões com maior número absoluto de ocorrências policiais no crime de homicídios (conforme apontado no capítulo anterior). É a RA com o maior número de comerciários do DF (100 mil), possui uma população economicamente ativa de 160 mil pessoas e pode-se verificar também uma grande quantidade de feiras na região, como a Feira Central. Um dos maiores símbolos da cidade é a Caixa d'Água, que fica no centro de Ceilândia. O aniversário de Ceilândia é comemorado no dia 27 de março, por força do Decreto n.º 10.348, de 28 de abril de 1987.

Hoje é subdividida em diversos bairros como: Ceilândia Centro, Ceilândia Sul, Ceilândia Norte (esses três primeiros, juntamente com parte da Guariroba, formavam o setor tradicional, cujo projeto original era em formato de barril), Guariroba (bairro), P Sul, P Norte, Setor O, Expansão do Setor O, QNQ, QNR, Setores de Indústria e de Materiais de Construção e parte do Inca (área rural da cidade). O Setor Privê, outro bairro da localidade, está em fase de legalização, assim como alguns condomínios como o Pôr do Sol e o Sol Nascente.

Após a revisão do suporte teórico desta pesquisa: Teoria das representações sociais e após a análise do conceito de violência e criminalidade urbana violenta; este capítulo apresentou as principais características do espaço escolhido para esta pesquisa, a região administrativa IX Ceilândia. A seguir apresentaremos o método de pesquisa utilizado para identificar as representações sociais de violência urbana dos moradores da Ceilândia.

## Capítulo 5 – Método

As representações sociais como conhecimento do senso comum precisam ser consideradas em sua contextualização no espaço e no tempo. Conforme aponta Almeida (2001), o estudo das representações sociais depende de duas escolhas metodológicas: levantamento dos dados e análise. Esta teoria tem caráter plurimetodológico, sendo compatível com as mais diferentes abordagens, a escolha do método dependerá, portanto dos objetivos da pesquisa. Nesta pesquisa, a pergunta que orientou a escolha do método foi: Como identificar o conteúdo das representações sociais de violência urbana dos moradores da Ceilândia?

Devido ao caráter descritivo e exploratório da pergunta de pesquisa, este trabalho terá orientação predominantemente qualitativa. A pesquisa qualitativa assumiu diferentes concepções e definições ao longo da história, genericamente, Denzin & Lincoln (2008) trazem a seguinte definição: “É uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo.” (p. 17). O método qualitativo trabalha com o mundo da experiência vivida, ressaltando a natureza socialmente construída. Trabalha com a mensuração dos fatos sociais e da categorização do mundo social realizada por uma sociedade. É função do pesquisador observar o significado moral atribuído pela pessoa/grupo pesquisado. Para isso, é preciso habilidades – sensibilidade, curiosidade, autocompreensão, empatia com o outro, desligar-se de valores particulares, distanciamento social - isso não quer dizer que o pesquisador vai tratar o seu objeto com neutralidade, pois isso não é possível. Cada olhar sempre será filtrado pelas lentes da linguagem, do gênero, da classe social, da raça e da etnicidade. Não existem observações objetivas. A habilidade e a suposta neutralidade devem aparecer no momento que nos preocupamos com a autonomia do indivíduo e com

as informações que nos são passadas. Devemos analisar e interpretar o material coletado, tendo o foco o sujeito que está sendo pesquisado.

A técnica utilizada nesta pesquisa serão os grupos focais (GF), pois consideramos que a violência urbana, apesar de ser um tema amplamente conhecido pela sociedade, tem representações sociais diferentes a depender do grupo estudado. Assim, através desta técnica é possível verificar, sem idéias previamente estabelecidas, como os moradores da Ceilândia pensam o fenômeno da violência urbana e quais as práticas e pensamentos que fazem parte desta conceituação.

Há controvérsias sobre as diferenças entre entrevista grupal e grupos focais, especialmente distinções sobre o número de participantes e a forma de conduzir a discussão com mais de um participante. Apresentaremos a seguir, a abordagem de grupo focal utilizada nesta pesquisa.

### **Instrumento**

A técnica utilizada neste estudo é o grupo focal. Conforme aponta Bauer e Gaskell (2002), “/.../ o objetivo do grupo focal é estimular os participantes a falar e a reagir àquilo que outras pessoas no grupo dizem.” (p. 75). Weler apresenta que “Os grupos focais se apresentam como um "método quase naturalista" de geração de representações sociais mediante a simulação de discursos.” (Weler, 2006, p. 243). Em Morgan (1997) citado por Gondim (2002) os grupos focais são definidos como uma “/.../ técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador.” (p. 151).

Esta técnica é também definida por Krueger (1996) citado em Neto, Morena e Sucena (2002) como “pessoas reunidas em uma série de grupos que possuem determinadas características e que produzem dados qualitativos sobre uma discussão focalizada”. Assim,

entendemos o grupo focal como uma técnica de coleta de dados, onde o material de análise do pesquisador é construído na discussão de um grupo específico de pessoas.

Para a preparação e planejamento de uma pesquisa em grupo, deve-se levar em conta alguns aspectos. As discussões dos GF são articuladas por um moderador. Este deve ter um roteiro de questões, chamados de tópicos-guia que orientaram as discussões. Estes tópicos devem atender aos objetivos da pesquisa. Além do mais, o moderador deve estar atento ao andamento das discussões e da participação produtiva de todos os participantes. Como aponta Neto, Morena e Sucena (2002), é função do moderador:

Suas tarefas básicas serão as de garantir a participação de todos, assegurar-lhes o direito ao sigilo do nome, motivar os debates de forma a fazer com que todos os temas propostos sejam debatidos, evitar que determinado participante constranja os outros e que os ânimos exaltem-se ou arrefeçam. (p. 10)

Como esta técnica visa à coleta de dados qualitativos, o número de grupos focais a ser realizada não é determinado por fórmulas matemáticas, mas pelo andamento das discussões e opiniões expostas nestes grupos. Para conduzir as discussões, foram levantadas algumas questões chaves, um roteiro semi-estruturado com tópicos guias, que funcionavam como lembrete para o entrevistador. Estes itens eram flexíveis e entravam na discussão conforme o andamento da conversa. Muitas vezes, na condução dos grupos focais, as questões do tópico-guia eram colocadas pelos próprios participantes conforme a discussão fluía. Este roteiro poderá ser conferido nos anexos desta dissertação.

## **Participantes**

Antes da realização do grupo focal é necessário que o pesquisador tenha claramente definido quem serão os participantes, a depender dos objetivos da pesquisa. Nesta pesquisa, o único critério para seleção dos participantes foi que estes deveriam ser adultos moradores da Ceilândia. Esta escolha se deu pela acessibilidade desta população.

O número de grupos focais e de respectivos componentes é uma discussão complexa que depende de vários fatores, tais como a natureza do tópico, o número de diferentes ambientes e os recursos disponíveis (Bauer e Gaskell, 2002). Krueger (1996) afirma que o número de participantes de cada grupo focal deve ser suficientemente pequeno para que todas as pessoas tenham a oportunidade de falar e expor suas opiniões durante a discussão e grande o bastante, para que o volume de dados seja consistente e diverso. Assim, um grupo focal deverá ser composto por no mínimo quatro e no máximo dose pessoas. Em Gondim (2002), encontramos que: “Apesar de se convencionar que este número varia de quatro a dez pessoas, isto depende do nível de envolvimento com o assunto de cada participante; se este desperta o interesse de um grupo em particular, as pessoas terão mais o que falar e, neste caso, o tamanho não deve ser grande.” (p. 154)

Foram realizados cinco grupos focais. Em cada discussão foram convidados seis participantes. No entanto, nem todos compareceram. Assim, três grupos focais ficaram com menos de seis participantes. No quadro abaixo é possível observar o número de participantes de cada grupo focal, o sexo, raça/cor, idade e bairro de moradia.

Tabela 13 – Participantes dos Grupos Focais, jun/2010.

<b>Grupo focal</b>	<b>Participantes</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Bairro de Moradia</b>
1 (quatro participantes)	A	F	28	Setor O
	B	F	24	Setor O
	C	M	32	Setor O
	D	M	55	Setor O
2 (sete participantes)	A	F	28	Setor O
	B	F	44	Ceilândia Norte
	C	M	29	Setor O
	D	M	31	Expansão do Setor O
	E	F	24	Setor O
	F	F	22	Setor O
	G	M	45	Ceilândia Norte
3 (seis participantes)	A	M	31	Privê
	B	F	34	Setor O
	C	M	21	Expansão do Setor O
	D	F	19	Expansão do Setor O
	E	M	30	Expansão do Setor O
	F	F	45	Setor O
4 (cinco participantes)	A	F	20	Setor O
	B	M	41	P Norte
	C	F	38	P Norte
	D	M	32	Setor O
	E	M	45	Expansão do Setor O
5 (cinco participantes)	A	M	28	Setor O
	B	M	31	Setor O
	C	F	29	Ceilândia Norte
	D	F	21	Setor O
	E	F	38	Expansão do Setor O

O primeiro grupo focal, de orientação exploratória, foi composto por participantes que eram vendedores ambulantes residentes no bairro setor O. Este grupo foi acessado através de um contato que a pesquisadora tinha nesta RA. Nos demais grupos focais, o acesso aos participantes ocorreu devido a um contato prévio realizado com a diretoria de uma escola, no setor O, que tinha educação de jovens e adultos (EJA) no período noturno. Esta escolha ocorreu pela disponibilidade de tempo (período noturno) da pesquisadora e do

assistente para a coleta de dados. A maioria dos participantes reside no Setor O, bairro onde se localiza a escola; ou nos bairros próximos, tal como a Expansão do Setor O.

### **Procedimento de Coleta**

Inicialmente, realizou-se um contato com um grupo de vendedores de ambulantes que trabalham de forma autônoma na região, depois, com uma escola pública da Ceilândia. Nesta escola, além das aulas regulares de ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), são realizadas reuniões de diretoria de um grupo de escoteiros local. Assim, além dos alunos do EJA, foram convidados para participar desta pesquisa também os diretores do grupo de escoteiro. Neste primeiro contato, era realizado formalmente o convite, apresentavam-se os objetivos gerais da pesquisa e marcavam-se datas específicas para a realização dos GF. Todas as discussões foram gravadas e todos os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido.

O primeiro grupo focal realizado foi composto por duas vendedoras autônomas de cosméticos e dois corretores de imóveis. Os participantes se conheciam e a discussão ocorreu na residência de uma destas pessoas.

Os demais grupos focais foram realizados na escola pública supramencionada, em sala específica para a realização das discussões desta pesquisa. O segundo GF foi realizado com sete diretores de um dos grupos de escoteiros presentes na Ceilândia. O terceiro, quarto e quinto grupos focais foram realizados com os adultos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), dois grupos tinham cinco pessoas e o outro tinha seis pessoas.

Todas estas discussões foram acompanhadas pela pesquisadora, no papel de moderadora e por um assistente, também responsável pela gravação.

### **Procedimento de análise dos dados**

Para análise dos dados coletados foi utilizado a “Análise dos Núcleos de Sentidos”. Este procedimento baseia-se na “Análise de conteúdo Categorical Temática” de Laurence Bardin (1977) e foi elaborada pelo Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho (LPCT).

Esta técnica é frequentemente aplicada em estudos de psicodinâmica do trabalho, onde os trabalhadores, nas pesquisas de clínica do trabalho, são analisados como sujeitos, reflexivos, onde a discussão grupal apresenta a escuta da subjetividade. É um procedimento em que “/.../ o pesquisador deve estar livre para escutar o que está fora de sua expectativa” (Mendes, 2007, p. 67). Desta forma, ao considerarmos que as representações sociais da violência envolvem um componente subjetivo consideramos a técnica adequada para análise destes dados.

A análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977) considera alguns processos básicos de organização das informações. Primeiramente, deve ser feita uma pré-análise do material, depois uma exploração onde os tratados serão interpretados, e por fim, a codificação. Após uma primeira leitura flutuante, os juízes deverão fazer uma leitura atenta as palavras e expressões utilizadas, identificando temas. Após este processo, será realizada a análise temática que “... consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõe a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.” (p. 131)

Na adaptação da análise de núcleos de sentido (ANS), no momento da entrevista são analisados não apenas os conteúdos manifestos, mas também os latentes, ou seja, a forma como o discurso é construído, as expressões e emoções dos participantes. Após a transcrição completa das discussões grupais, o texto é desmembrado em unidades, temas, através do critério de semelhança. Depois, os temas são agrupados em núcleos de sentido.

Nesta fase, “o nome e a definição devem ser criados com base nos conteúdos verbalizados /.../ as vezes, o nome da categoria é uma fala do sujeito.” (Mendes, 2007, p. 73)

Na análise de conteúdo da Bardin (1977), na definição das categorias, deve-se observar os seguintes critérios de fidedignidade e validade: exclusividade, pertinência, homogeneidade, exaustividade. Basicamente, a análise de núcleo dos sentidos difere porque os critérios de exclusividade e homogeneidade não são rigidamente estabelecidos. Uma enunciação pode estar presente em mais de uma categoria e a presença de diferentes temas não significa rigorosamente que esteja em contradição.

Na aplicação da ANS, após a transcrição das entrevistas, estas foram distribuídas para dois juízes (pessoas com conhecimento na técnica de análise categorial temática). Estas pessoas realizaram a leitura flutuante, depois identificaram os temas e os agruparam em categorias. Este exercício foi realizado individualmente para cada transcrição de grupo focal. Depois da categorização do *corpus* dos cinco grupos focais, realizou-se reunião com os juízes e a pesquisadora para identificação dos núcleos de sentido síntese de todos os grupos focais, com atenção para aquelas que são indicativas de representações sociais de violência urbana dos moradores da Ceilândia. A seguir serão apresentadas as categorias encontradas após esta síntese.

## Capítulo 6 – Resultados

Após a identificação e caracterização dos núcleos de sentido síntese, Como detalhado no capítulo 5, todas as discussões dos grupos focais foram totalmente transcritas e analisadas segundo a técnica de análise de Núcleo dos Sentidos. Em cada grupo focal foram identificados temas, que posteriormente foram agrupados em núcleos de sentido. Esses agrupamentos foram discutidos pela pesquisadora e por dois juízes e foram elaboradas categorias síntese das análises dos cinco grupos focais. Foram encontrados os seguintes núcleos de sentido.

Núcleo de Sentido 1 - *"Porque hoje em dia todo mundo... qualquer fator... qualquer discussão, qualquer intriga, qualquer mau olhado já gera uma coisa de... uma violência. As vezes mesmo rola até tiro, morte, por causa disso"*

Núcleo de Sentido 2 - *"Hoje os muros são mais altos, os portões são... as grades são... mais altas, e até cerca elétrica já tem. As pessoas honestas tão presas dentro de casa e os bandidos tão soltos aí na rua."*

Núcleo de Sentido 3 - *".../ os valores tão invertidos, né? As pessoas não têm mais medo nem de ir pra cadeia, porque sabe que lá vai ter droga, vai ter telefone, vai ter saidão"*

Núcleo de Sentido 4 - *"Além do mais, nós somos muito falados, né? Porque Ceilândia é violenta..."*

A seguir serão apresentados os quatro núcleos de sentido, seus temas e respectivas descrições, exemplificando-as através de verbalizações.

**Núcleo de sentido 1** – "Porque hoje em dia todo mundo... qualquer fator... qualquer discussão, qualquer intriga, qualquer mau olhado já gera uma coisa de... uma violência. As vezes mesmo rola até tiro, morte, por causa disso"

**Temas:** Definições de violência, experiências diretas e indiretas de violência, como assaltantes agem e confiança na polícia para denunciar os casos de violência.

**Descrição:** A violência é um fenômeno complexo. É tudo aquilo que pode agredir uma pessoa, pode gerar um trauma, seja físico ou psicológico. Envolve os casos de brigas e agressões físicas; além de roubos de celular, carteira, relógio, bolsas, MP4 e tênis. Há a violência contra a mulher e contra a criança, que não são tão falados. Há os furtos e assaltos que acontecem muitas vezes com arma de fogo e por menores de idade. Em muitos casos os assaltantes estão de bicicleta. É difícil identificar as pessoas que cometem violência, pois todos são suspeitos, não dá para reconhecer quem é do bem e quem é do mal, o que se sabe, é que os assaltantes não costumam abordar as pessoas do mesmo bairro, são assaltadas preferencialmente as pessoas desconhecidas, mas há ladrões burros que assaltam pessoas que conhecem. Estas violências urbanas acontecem no percurso diário: no caminho para o trabalho e nas saídas da escola, ou ainda nas casas, quando se refere a roubo a residência. Nestes casos, muitas vezes, o autor da violência é um menor de idade, que não usa máscara e anda bem vestido. Há também muitos assaltantes que abordam mulheres, em especial, aquelas que portam bolsas. Não há uma vestimenta específica que nos permita identificar uma pessoa que poderá cometer um crime de violência urbana, mas, em geral, eles estão de bicicleta e usam boné. Os bandidos da Ceilândia que roubam as coisas mais baratas, como celular e relógio, têm um visual meio largado. Pode ocorrer violência em qualquer horário, especialmente a noite e pela manhã,

bem cedo. Os horários mais frequentes são aqueles em que as pessoas estão chegando em casa, entre 20h e 20h30min; no entanto, a violência pode ocorrer em qualquer horário. As violências, na maioria das vezes, não são denunciadas, porque os assaltantes são pessoas “conhecidas” ou porque a denúncia é desnecessária, já que o bem roubado dificilmente será recuperado. Além do mais, os postos policiais não auxiliam nestes casos, já que estes nunca têm viaturas disponíveis e os policiais não podem se ausentar do posto.

### **Verbalizações:**

#### Definição de violência

*“Existem vários tipos, né? Física, emocional, psicológica...”*

*“Também tem esse negócio de violência contra a mulher. A gente vê bastante, de marido batendo em mulher, filho... mas não se fala muito disso”*

#### Experiências diretas e indiretas de violência

*“Eu já fui assaltado duas vezes no meu comércio aqui no Setor O, com arma de fogo. Aí levaram carteira, celular, essas coisas tudo.”*

*“Ele (o assaltante) mandou a gente tirar o tênis e entregar o celular. Aí ele desceu correndo. Ninguém apareceu, ninguém fez nada!”*

#### Como os assaltantes agem

*“O que me abordou não foge muito da realidade daqui da Ceilândia. Ele me abordou na passarela em frente a Católica, umas três horas da tarde. Ele tava com uma camiseta*

*preta e bege, e uma calça jeans... uma calça jeans no meio da canela. Então ele estava meio que largado. Então eu acho que esse é mais ou menos o estilo das pessoas que roubam as coisas mais baratas, como celular, relógio... coisas mais baratas."*

*"O negócio hoje é bicicleta e boné. Homem de boné. Vêm uns rapazinhos de bonezinho, magrinhos, já fica esperto. Eu fico olhando a rua aqui direto por causa disso."*

*"Uma vez eu fui assaltada saindo aqui da escola e o rapaz mora lá perto da minha casa também, eu vi ele crescer. Aí eu não pude fazer nada. Porque depois ele poderia fazer alguma coisa comigo."*

*"Só que aí eu vou ligar para a polícia, não, não vai fazer nada com ele. Eu sabia mais ou menos o horário e o lugar que ele andava e aí evitei estes lugares."*

*".../ O horário bom é quando as pessoas estão chegando em casa. Entre 20h e 20h30min da noite, ladrão sabe o horário que a pessoa chega em casa, que as pessoas não vão querer chegar depois de 22h. E estudante geralmente não tem dinheiro. Então o horário deles roubarem mesmo é entre 20h e 20h30min da noite."*

#### Confiança na polícia para denunciar os casos de violência

*"E esse negócio também de posto policial, eu acho que não adianta nada, porque várias vezes alguém vai assaltar, aí a pessoa vai no posto policial, aí o policial fala bem assim, que não pode sair, que não tem viatura, que não pode sair porque ele tá sozinho e não pode deixar o posto sozinho, inventa uma desculpa."*

*"Eu tenho um amigo de treze anos que já tem vinte e um homicídios nas costas /.../ Ele mora na minha rua, mas ninguém denuncia ele porque ele é preso mas depois volta. Uma vez ele roubou as coisas do vizinho dele, pegou as coisas da casa pelo muro. Pegou todos os móveis na cara dura."*

**Núcleo de sentido 2** – "Hoje os muros são mais altos, os portões são... as grades são... mais altas, e até cerca elétrica já tem. As pessoas honestas tão presas dentro de casa e os bandidos tão soltos aí na rua."

**Temas:** Mudança de comportamento por causa da violência, medo e influência da mídia na insegurança.

**Descrição:** Hoje em dia as pessoas devem estar sempre alertas, sempre olhando para os lados e para trás. Há revolta e medo generalizado por causa da violência urbana. A sociedade está toda apavorada. Não se pode andar com relógios, anéis e brincos. O celular deve ser um bem velhinho. É necessário colocar cercas elétricas, muros e grades na residência, pois os presos de hoje somos nós. Não se pode ficar até tarde em uma festa, nem andar tranquilo nas ruas. Antigamente era possível deixar o portão de casa aberto, ficar a noite nas ruas, deixar a bicicleta na calçada. Hoje não se pode ir para lugar nenhum porque senão você pode ser assaltado, ou até levar um tiro. Se for comprar um bem, tem que pensar na violência e comprar algo barato, pois se for vítima de violência urbana o prejuízo é menor. A televisão traz tanta violência que as pessoas já estão conformadas e acostumadas com as notícias diárias dos crimes. O excesso de notícias de violência faz com as pessoas fiquem paranóicas. Hoje se vive com medo, no jornal há sempre notícia de

violência, especialmente porque são notícias que dão ibope. Por outro lado, se ficar muito neurótico não se faz mais nada, então tem que se acostumar, se adequar e se enquadrar a esta realidade. Hoje em dias, as pessoas ouvem tantos casos de violência, que não se comovem mais. Os postos policiais trazem apenas a sensação de segurança, mas no fundo todos sabem que não adianta nada.

### **Verbalizações:**

#### Medo

*".../ quando se fala em violência, a primeira coisa que vem é medo. Insegurança em tudo, assim."*

*"As pessoas tão revoltada, né? Não sei porque. Lá em casa chega sete horas, a gente não sai na rua."*

*"O ônibus que você pega é uma tensão horrível. Ficamos com medo em todos os lugares."*

*"Eu também já nem venho para a escola sozinha porque tenho medo, sabe, de ser assaltada, estuprada, nego mata naquele Privê ali, aquele postinho não adianta de nada, porque as vezes nem tem policial, fica vazio ali. Aí você passa ali é tudo escuro ali, você não pode nem passar ali sozinha de noite, só se for acompanhada."*

### Mudança de comportamento

*"Antigamente a gente podia deixar a porta aberta, só encostado, agora não dá mais, porque lá mesmo onde eu moro, se deixar o portão aberto, os malandros entram pra dentro em questão de minuto."*

*"Eu pensei assim para comprar meu celular, como eu chego da faculdade tarde, vou comprar um baratinho porque se alguém me roubar... o prejuízo não vai ser muito grande. Mas a gente compra as coisas pensando neste porquê."*

*"Nós já estamos anestesiados! Já conhecemos como que é, então, cara, estamos nos adequando. Vou ter que me enquadrar porque não tem como reverter."*

*"Hoje os muros são mais altos, os portões são... as grades são mais altas, e até cerca elétrica já tem. As pessoas honestas tão presas dentro de casa e os bandidos tão soltos aí na rua. A gente não pode mais andar com relógio... essas coisas a gente já nem usa mais. Relógio, anel, brinco só se for de uma lata bem boa que é pra eles ver de longe que é de lata. (risos) É, porque, celular, tem que ser um bem feinho mesmo, que eles olham e diz assim, ô meu Deus, não vou nem levar isso. É... Porque se você tiver um celular bom, pra que? Você tem um celular, sai ali, parece que eles adivinham que você tá com o celular na bolsa."*

*"Antigamente você saía a noite, ia entrar num lugar ermo e escuro, você tinha medo de ser assaltado. Hoje não, você entra de dia, num lugar cheio de gente, movimentado, você é assaltado. Com câmeras de vídeo, com tudo, isso não impede mais você ser assaltado. Então mudou muito o jeito, né? "*

*"Acho o seguinte também. Hoje em dia a violência tá tão comum... que antigamente você... a menina morreu ali de tiro, todo mundo já ficava apavorado. Hoje em dia morreu, mais um. É comum. Tipo, acostumou. A violência já tá tão forte na cidade, que criou um costume. Ocorre com tanta frequência que o povo nem dá tanta importância, nem o povo, nem os governantes, nem a polícia, nem ninguém dá tanta importância como dava antigamente. E isso já vem ocorrendo já faz um tempo. Daqui a um tempo o povo vai esquecer que existe violência. Vai ficar trancada em casa com medo, porque aconteceu as coisas e virou coisa comum."*

#### Influência da mídia na insegurança

*"Eu acho que a violência tá muito focada também. A mídia dá muita importância à violência hoje em dia."*

*"Já sai de casa com medo. Você acorda o dia, liga no jornal lá e começa a ver a violência, violência, violência... muitas vezes, aí você... uma coisinha lá na frente que acontece no seu dia, as vezes a cidade nem tá tão violenta como aparentemente está, né? Mas pelo fato de se focar tanto a violência, as pessoas já começam a ficar meio paranóicas."*

*"Não, na verdade, os postos, é um tipo de segurança para o povo ver. Então é uma coisa assim só pro povo ver."*

**Núcleo de sentido 3** – “/.../ os valores tão invertidos, né? As pessoas não têm mais medo nem de ir pra cadeia, porque sabe que lá vai ter droga, vai ter telefone, vai ter saidão”

**Temas:** Causas e soluções para a violência urbana.

**Descrição:** A violência é algo difícil de explicar. São diversas causas. As pessoas podem cometer violência por muitos motivos, alguns precisam conseguir dinheiro, outros agem no impulso. Os programas de televisão também influenciam dando dicas aos criminosos. Os motivos estão diluídos em toda a sociedade. As famílias estão desestruturadas, não há planejamento nem base moral, além do mais, os pais não educam os filhos como deveriam e as crianças crescem sem referências. Há o baixo nível de escolaridade, dificuldade de acesso a escolas de qualidade e carência de políticas públicas que faz com que a violência aumente a cada dia. Há a impunidade onde o mais novo é protegido pela lei e não paga pelos crimes que comete. O Estado também precisa cumprir a lei e recuperar o preso. Além do mais, muitos atos violentos são cometidos por menores de idade que após os 18 anos terão a ficha "limpa". Enquanto não colocar que o jovem tem que pagar pelo seu crime, pelo seu erro, a situação da violência não vai mudar. Não basta apenas colocar na cadeia é necessário reabilitar e regenerar estes presos. Os valores estão invertidos. O cidadão de bem tem que ficar trancado dentro de casa e os bandidos vão para rua. As pessoas não têm mais respeito por ninguém. Há muito desemprego e o tráfico de drogas só aumenta. Há muitos criminosos que não tem caráter, aí não há o que mudar. Se a educação for defeituosa, a religião pode ajudar. Os postos policiais não fazem muita diferença, pois funcionam apenas para intimidar aqueles que cometem violência, é uma sensação de segurança para o "povo ver". A violência é um problema complicado, para que este problema começasse a ser resolvido será necessário mais educação para todos, valorização

do policial, fazer com que as leis sejam cumpridas e igualdade para todas as classes. Tem que ter um programa de recuperação de presidiários, conscientização nas escolas, maior rigidez na aplicação das leis. Alguns acreditam que deveria ser assim: se rouba corta a mão, para outros, a violência não tem solução. É uma série de fatores que a sociedade provavelmente não tem condições para resolver.

### **Verbalizações:**

#### Causas da violência

*"É, tipo nem pensa, já vai lá e... Age por impulso. Hoje em dia ninguém pára pra pensar."*

*"Você vê isso dentro de casa, já. Por causa dos pais, acaba a pessoa tendo violência no colégio ou às vezes no trabalho, nas salas de aula, o que mostra a confusão dentro de casa."*

*"É uma falta de caráter também quem tem a capacidade de fazer isso! Ai não tem jeito..."*

*"Também por falta de conhecimento. Conhecimento de instrução."*

*"As famílias estão muito desestruturadas. Tanta gravidez que não é planejada. Tem... a vó que cria, nem sabe quem é o pai. Não tem nenhuma referência. A referência que tem é os colegas da escola."*

*"E essa questão da violência com os menores de idade, eu acho assim, que muitos menores eles tão na fase o que, de querer comprar coisas, aí muitas vezes os pais não tem*

*condições, né, de dar as coisas pra eles. E na sociedade, eles não dão muita oportunidade pros jovens, pros menores de idade arrumar emprego, conseguir um estágio também é difícil. Aí vão fazer o que? Vão roubar. Ainda tem influência dos amigos, aí muita das vezes eles vão assaltar, do assalto já vão pro tráfico, do tráfico já vão pro homicídio, aí depois latrocínio, essas coisas. Pra conseguir o dinheiro, para o consumismo deles. Porque muitas vezes os pais não têm condições, né? "*

*"O menor de idade pode cometer um monte de delitos aí a ficha dele fica suja. Quando ele faz dezoito anos a ficha dele limpa."*

#### Soluções para a violência

*"Uma vez uma amiga minha falou que a religião é o freio da sociedade. Então a primeira educação é feita em casa, mas quando é defeituoso ainda tem uma solução: procurar uma religião. Procurar um meio em que ela possa melhorar aquela situação."*

*"Tem que haver uma organização maior nesse sentido, um programa de recuperação dos presidiários, tem que ter um programa de conscientização nas escolas, fazer trabalhos entre os alunos."*

*"Eu acho assim, que nos presídios, eles deviam ser mais rígidos, mais do que eles já são. Você vai, aí o ladrão vai, cai no presídio, na cadeia, aí passa pouco tempo, ele não sofre muito, aí sai e pensa assim mesmo, foi de boa, posso fazer qualquer coisa, um roubo, eu faço de novo, porque não quero trabalhar."*

*"Como se diz, os valores estão invertidos. Você pode gritar com a autoridade e a autoridade não pode gritar com você."*

*"Eu acho que não tem solução, porque tá muito avançado... Tem muita violência, tá acontecendo muita coisa."*

*"Eu acho que deveria ser assim, né? Se você roubava eles te cortavam a mão. Se você matava eles te colocavam na cadeira elétrica."*

**Núcleo de sentido 4** – "Além do mais, nós somos muito falados, né? Porque Ceilândia é violenta."

**Temas:** Violência na Ceilândia, melhorias na Ceilândia, violência em outras regiões administrativas do DF.

**Descrição:** Ceilândia é muito falada nos casos de violência, mas tem que se considerar que é também a maior cidade do Distrito Federal. A Ceilândia é rotulada como uma cidade violenta, mas na área central é tranquilo. Aqui pode ter muito homicídio, mas ainda é considerado um lugar bom para morar. A fama da Ceilândia é ruim, porque a cidade abrigou muitos assentados. Mas, hoje as coisas são diferentes. A cidade evoluiu, melhorou a vida das pessoas e valorizou os imóveis. Hoje a cidade está com muitas melhorias, as ruas estão quase todas asfaltadas, há o metrô, o governo está trazendo mercados e comércios, investindo na infra-estrutura, e o nível educacional das pessoas está cada vez mais alto, devido a maior presença de escolas e faculdades. Ainda tem muita violência nos

condomínios não legalizados e muitas pessoas saem de lá para cometer violência aqui. A violência está em todo lugar, mas ocorre principalmente no Entorno, como a Estrutural e Itapoã, locais em que a população vem crescendo de forma desordenada. Há uma imagem ruim da Ceilândia, mas muitas vezes, são as pessoas que saem de outras regiões administrativas para cometer violência aqui. Os lugares mais violentos são aqueles que estão começando agora. Há também muito seqüestro relâmpago em Brasília, especialmente no Plano Piloto, onde o poder aquisitivo é maior. A maioria dos assaltos que acontecem na Ceilândia são cometidos por quem vem de fora, de outros bairros perigosos, como Ceilândia Norte, P Norte, Expansão e Privê. As pessoas daqui não assaltam aqui dentro, pois há uma certa proteção das pessoas do mesmo bairro.

### ***Verbalizações:***

#### Melhorias na Ceilândia

*"Teve também muitas melhorias. Que evoluiu demais. Mas a fama da Ceilândia continua muito ruim. Aqui no Setor O era a vida do povo assentado. Não chamavam setor O, mas a vila dos assentados. Então essa fama ficou muita grande na Ceilândia, mas aqui não é desse jeito. Eu mesmo ando qualquer hora aqui, mas com cuidado..."*

*"Melhorou também o nível de vida das pessoas aqui da Ceilândia. Melhorou muito. Chega a quase o de Taguatinga. Isso favoreceu muito para diminuir a violência."*

*"A própria valorização dos imóveis em Brasília. Reflete muito. Para você ver. Há 20 anos atrás você tinha 15 mil reais e comprava um lote gigante aqui e construía. O acesso era fácil, né? Hoje em dia se o cidadão quiser vir morar aqui na Ceilândia, no mínimo que*

*seja, terá que desembolsar 120 mil, se ele quiser morar aqui. Não é qualquer um que vem morar aqui mais."*

### Violência na Ceilândia

*"No condomínio Privê, eles ainda não foram legalizados. Tem muita violência. Aí como eles não tem um lugar deles, fica agregado a nós. Todo mundo acha que é Ceilândia também"*

*"Além do mais, nós somos muito falados, né? Porque Ceilândia é violenta... se a gente parar para ver, Ceilândia é a maior cidade do Distrito Federal, né, se não me engano, né, a mais populosa. Então já começa por aí, tem que ter mais coisa mesmo. Mas se a gente for ver seqüestro relâmpago, Ceilândia não é onde tem mais né, aqui pode ter mais homicídio, né? Mas apesar de tudo, eu ainda considero uma cidade boa e não com tanta violência igual a mídia mostra né? Porque aqui... há violência em todo lugar, né? Mas aqui... em relação aos outros lugares eu não considero mais violento não. Pelo menos no meu ponto, né?"*

*"Quando a Ceilândia começou tinha muita violência aqui, a Expansão quando começou tinha muita violência lá, no Sol Nascente e Pôr do Sol também quando começou tinha muita violência. Lá naquele lugar novo lá... Estrutural, lá é muito violento. Tem que ter esse cuidado, eles são pessoas que não têm estudo, eles usam drogas mesmo, isso faz com que eles sejam violentos. Eles passam fome, isso gera violência."*

*"Eu acho que tipo, a maioria dos assaltos é aqui na quatro, na um, na dois, lá no final da três. É o pessoal que vem de fora, tipo da Ceilândia Norte, do P Norte, da Expansão, do Privê também. Eles vêm para assaltar aqui. A maioria"*

#### Violência em outras regiões administrativas do DF

*"Geralmente esses assaltos de carro. É o pessoal de lá que vem roubar aqui. Então, são eles que vem assaltar aqui. "*

*"Mas o lugar que mais tem seqüestro relâmpago é no centro de Brasília. O lugar que mais tem seqüestro relâmpago em Brasília é na Asa Sul e Asa Norte."*

*"Hoje a violência está principalmente nos entornos"*

*"A maioria da violência que tem aqui, são as pessoas de fora mesmo que vêm aqui."*

*"Porque geralmente as pessoas daqui não assaltam aqui dentro. Se for roubar, rouba fora."*

Após a apresentação dos núcleos de sentidos e seus respectivos conteúdos manifestos, faremos a discussão dos dados. No próximo capítulo, serão relacionados os resultados, com os conteúdos latentes observados na condução dos grupos focais, e com os capítulos teóricos e conceituais desta dissertação.

## Capítulo 7 – Discussão

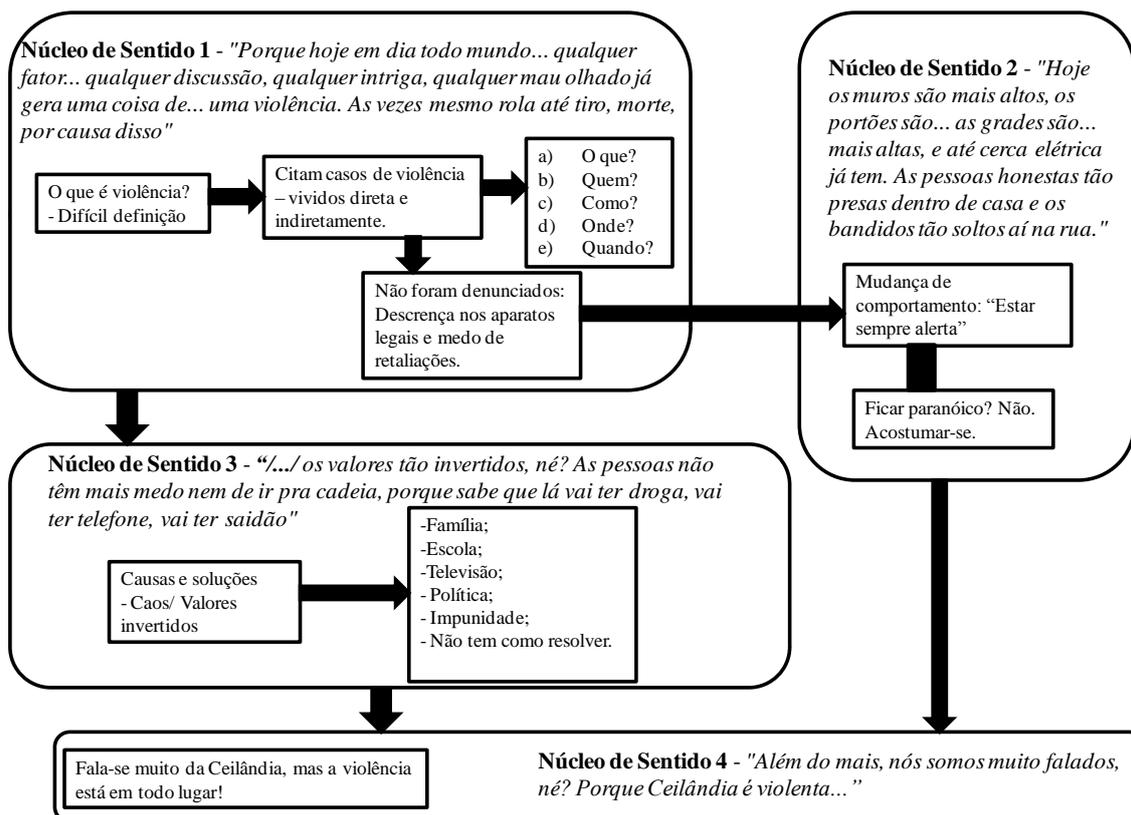
Antes de discutirmos os resultados desta pesquisa, relacionando as análises dos núcleos de sentido com a proposta teórica e conceitual desta dissertação, faremos uma apresentação de como os grupos focais foram conduzidos, observando um pouco o conteúdo latente da discussão do grupo. Não consideramos esta descrição como um procedimento, porque é resultado de uma interação não planejada da condução dos grupos focais, a qual vale a pena ser compartilhada neste trabalho.

No início do grupo focal os participantes ouviram os objetivos da pesquisa, leram e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido e depois, apresentaram-se uns aos outros. Para iniciar a discussão, a pesquisadora solicitava aos participantes que falassem um pouco sobre o tema violência. Neste momento, ainda sem o entrosamento de todos, as afirmações partiam-se do pressuposto de que este é um fenômeno de difícil mensuração, pois está presente em todos lugares. Em todas as discussões, esta pergunta era acompanhada de respostas objetivas, tais como as definições que abarcam a agressão física e psicológica, e momentos de silêncio. Foi necessário pedir aos participantes que falassem um pouco mais sobre o tema violência, sem necessariamente apresentar definições. Assim, começaram a ser citados exemplos diretos e indiretos de violência. Todos os participantes, de todos os grupos focais tinham uma experiência de violência para compartilhar. Os casos citados, já inclinavam a conversa para as violências urbanas, especialmente a nuance da criminalidade, pois eram descritos roubos, furtos, latrocínios e homicídios. Ao apresentarem estes casos, os participantes descrevem qual foi a violência, quem viveu, como aconteceu, onde e quando. Nesta parte da discussão, a pesquisadora, no papel de moderadora, teve que ficar atenta para que todos participassem igualmente da discussão e falassem um de cada vez, já que todos mostraram interesse em relatar algum caso vivido.

A maioria dos participantes já vivenciou diretamente casos de violência urbana. Ao citar estas experiências, relata-se também como ocorreu a abordagem, e o grupo apresenta as principais características e *modus operandi* dos crimes que ocorrem na Ceilândia. Neste sentido, é colocado quem é o outro a quem deve se temer, indicando como ocorrem as abordagens, quem são as principais vítimas e quais os horários e locais em que mais ocorre violência. A palavra medo foi utilizada com recorrência para explicar a sensação constante que se vive nos dias de hoje. Além do mais, foram citados os diversos comportamentos que precisaram ser modificados por causa do aumento constante da violência. Diante desta insegurança, o grupo informava que o jeito é “se acostumar” com este novo modo de vida.

Faz parte da construção do saber sobre a violência, entender as causas e possíveis soluções para este fenômeno. Quando estas questões eram discutidas no grupo, os participantes apresentavam diversos níveis de causas, passando por família, escola, televisão, Estado, insuficiência das leis; ao citar as causas eram também propostas soluções. Era interesse desta pesquisa, analisar se os moradores da Ceilândia identificam o seu espaço de moradia como violento, mas esta pergunta precisou ser colocada pela moderadora em apenas dois grupos focais, pois nos demais, esta indagação apareceu na própria condução da discussão. Quando o foco estava em verificar se na Ceilândia há ou não muita violência, percebia-se a utilização dos pronomes “Nós” e “Eles” e como este se articulava com o entendimento de violência.

Após a análise dos núcleos de sentido de cada grupo focal, foi necessário elaborar a síntese destes resultados individuais. Neste esforço, para melhor entendimento de como a violência urbana estava sendo apresentada nos grupos focais, construiu-se o seguinte esquema:



O primeiro núcleo de sentido encontrado foi: "Porque hoje em dia todo mundo... qualquer fator... qualquer discussão, qualquer intriga, qualquer mau olhado já gera uma coisa de... uma violência. Às vezes mesmo rola até tiro, morte, por causa disso". Este núcleo de sentido abarca algumas definições objetivas, que como dito anteriormente, definem violência como uma agressão física ou psicológica; e apresenta os casos de violência vividos direta ou indiretamente pelos participantes. Os casos de violência urbana citados focam-se, principalmente, nos crimes de furto, roubo, latrocínio e homicídio. Os principais objetos subtraídos são os celulares, carteiras, relógios, bolsas, MP4 e tênis; e os homicídios citados referem-se a brigas de gangue entre as quadras. O violento, nestes casos, o assaltante, não tem hora nem lugar para agir, mas há um consenso nos grupos de que os horários em que as pessoas estão saindo e chegando do trabalho/escola são os mais perigosos, além do mais, as abordagens são muito parecidas, em geral, os ladrões estão de bicicleta e com um visual "meio largado". Este núcleo de sentido, informa ainda que os assaltantes costumam abordar pessoas desconhecidas, no entanto, foram citados muitos

casos de violência em que o assaltante foi reconhecido pela vítima como um morador do mesmo bairro. Em nenhum dos dois casos a polícia foi mencionada. Quando a moderadora indagava sobre o motivo de não recorrer à polícia, era informada que se o assaltante é desconhecido não adianta denunciar porque dificilmente o objeto roubado será recuperado, e quando a vítima da violência reconhece o assaltante, também não há denúncia, por que esta teme alguma vingança ou retaliação. Há uma forte descrença de que a polícia ou o Estado não possam resolver este problema. Além do mais, em muitos dos casos citados, o violento era descrito como um menor de idade, o que reforçava a sensação de impunidade. Os dados sugerem que a representação social de violência urbana é compreendida sobre a face da criminalidade.

Para se adequar a este modo de vida em que a violência está cada dia mais presente e imprevisível, os participantes citaram várias mudanças de comportamento devido ao medo da violência. Estas informações foram agrupadas no segundo núcleo de sentido: "Hoje os muros são mais altos, os portões são... as grades são... mais altas, e até cerca elétrica já tem. As pessoas honestas são presas dentro de casa e os bandidos são soltos aí na rua.". Neste agrupamento de temas é exposta a necessidade de vigilância constante e o medo de ser vítima de violência urbana, é uma inversão de situação: as pessoas sentem que estão presas e os criminosos livres. Conforme aponta Campos (2003), “/.../ as práticas sociais, que um dado grupo social desenvolve a propósito de um dado objeto, constituem um dos substratos sociais que dão sustentação à manutenção e ao funcionamento de uma representação social.” (p. 34). Hoje as pessoas evitam determinados lugares e espaços, e na medida do possível, utilizam cada vez mais, meios externos de proteção, como grades, portões e cercas elétricas. Como apontado por Eckert (2007), a paisagem arquitetônica modifica-se, com as diversas técnicas de proteção individual decorrentes do medo da violência. Há ainda a presença de um forte saudosismo de uma época em que as pessoas

poderiam andar tranquilas nas ruas e identificar as pessoas que eram do “bem” ou do “mal”. Assim, “Não há mais espaço para a inocência. A nostalgia de uma cidade sem violência criminal esvai-se no passado” (Adorno & Lamin, 2006, p. 153). Ocorreram mudanças também nas formas de consumo, hoje as pessoas pensam na violência antes de comprar um bem, e no prejuízo que teriam caso aquele objeto seja roubado. A seguir poderemos verificar uma das falas do grupo focal mais ilustrativa desta mudança nos padrões de consumo e a sensação de caos e vigilância constante:

*"Aqui no Setor O mesmo, aqui eu tenho um filho de nove anos e um de treze e eles queriam uma bicicleta. Aí veja a que ponto nós chegamos, né? Você tem condições de comprar, mas não pode comprar. Porque aqui não tem condições de você dar uma bicicleta para um menino de nove anos, nem de treze. Porque se você der a bicicleta, na primeira saída que ele der, ele perde ela. Então é uma coisa assim incrível, parece mentira, mas... Porque simplesmente eles roubam."*

Diante destas novas configurações, representações sociais precisam ser modificadas e/ou criadas para que a realidade possa ser compreendida e interpretada. Informações sobre os casos de violência, mais do que descrever uma ação vivida, explicitam um guia de conduta, identifica-se quais os lugares e horários que devem ser evitados, quais características definem um potencial criminoso, como deve ser a reação da vítima. Diante destes casos, a mudança de comportamento e a necessidade de se acostumar com este modo de vida tonam-se inevitáveis. Os resultados sugerem que o sentimento de insegurança e medo apontados repousam sim sobre a experiência direta, diferentemente do que aponta Michaud (1989), quando este afirma:

O sentimento de insegurança, que se encontra no coração das discussões sobre o aumento da violência, raramente repousa sobre a experiência direta da violência. Ele corresponde à crença, fundada ou não, de que tudo pode acontecer, de que devemos esperar tudo, ou ainda de que não podemos mais ter certeza de nada nos comportamentos cotidianos. (p. 13)

De qualquer forma, não podemos afirmar que a insegurança e o medo de ser vítima de violência urbana seja reflexo apenas da experiência direta, pois como afirma Galinkin (2006), “Essa associação da violência contemporânea ao caos pode ser um indicador de insegurança não apenas em relação às manifestações de violência, mas, também, ao contexto de mundialização, que implica a perda dos limites nacionais e do sentido de cidadania.” (p. 67)

Há uma percepção de que a violência está aumentando em todos os lugares, que não há mais espaços seguros. Este discurso reflete a sensação de medo generalizado, independentemente das configurações regionais do país. É olhar recaído apenas nas estatísticas de valores absolutos, amplamente expostos pela mídia.

Ao discutir estas mudanças sociais são apresentadas as causas e possíveis soluções para a violência. A apresentação das diferentes causas é acompanhada de uma sensação de que os valores estão invertidos. Este agrupamento constituiu o terceiro núcleo de sentido: “/.../ os valores tão invertidos, né? As pessoas não têm mais medo nem de ir pra cadeia, porque sabe que lá vai ter droga, vai ter telefone, vai ter saidão”.

Dentre as diversas causas apresentadas destacam-se aquelas que estão no nível intra-familiar, e as possíveis violências que pai sofre de mãe e filho sofre dos pais. Aponta-se também que as famílias de hoje estão cada vez mais desestruturadas e sem planejamento, assim crianças são educadas por avós, ou por escolas, já que os pais não têm tempo para os

filhos. Nas escolas, destacou-se a necessidade de palestras informativas. As más amizades também foram apontadas como fator impulsionador para que as pessoas cometam violência e a televisão como fator de estimulação que proporciona dicas para aqueles que querem fazer “coisas erradas”. Há uma forte descrença no Estado e nas leis. Na entonação do discurso percebe-se que os moradores da Ceilândia consideram o Estado ausente em muitos aspectos sociais da cidade, pois deveria melhorar as escolas e as áreas de lazer, investir em políticas públicas. Como descrito no núcleo de sentido 1, muitos crimes são cometidos por menores de idade, assim há uma forte percepção de impunidade, pois quando os menores cometem crimes, raramente são presos e quando isto acontece, passam pouco tempo encarcerados, logo voltam para as ruas e cometem crimes piores que antes. A religião foi apontada como um fator que auxilia a recuperação das pessoas, que ajuda a dar uma segunda chance para aqueles que querem mudar de vida. Os discursos das causas e soluções é muito diluído em todas as instâncias sociais. O grupo construiu através da discussão as diversas causas e soluções para a violência: alguns destacavam o papel da família, outros o Estado, outros cobravam leis mais severas e teve ainda aqueles que afirmavam que a situação está tão caótica que não há mais o que fazer. Assim, como afirma Adorno (2002), “É forte o reconhecimento de que na atualidade, os problemas de segurança pública se tornaram de tal sorte complexos que as agências públicas e estatais encarregadas de implementar lei e ordem se mostram insuficientes para fazê-lo.” (p. 281). Ao apontar as causas da violência, percebe-se nos discursos a massiva presença do sentimento de impunidade. Conforma aponta Adorno (2002, p. 50),

A face visível desta crise do sistema de justiça criminal é, sem dúvida, a impunidade penal. Ao lado do sentimento coletivo, amplamente difundido entre cidadãos comuns, de que os crimes cresceram, e vem crescendo e se tornando cada vez mais

violentos, há igualmente o sentimento de que os crimes não são punidos; ou, quando o são, não o são com o mesmo rigor de que será esperado diante da gravidade dos crimes que têm maior repercussão na opinião pública.

Assim, através da análise deste grupo de temas, percebe-se que a violência é um fenômeno multideterminado, que vai ser compreendida de diferentes formas a depender do grupo social, contexto, espaço e tempo. A forma como os significados da violência são ancorados nas representações sociais compreende a descrição dos casos vividos, dos comportamentos modificados, das possíveis causas e soluções.

Ao apresentar a imagem da Ceilândia como um espaço violento ou não, os participantes falavam que esta imagem não é real. Antigamente ocorria muita violência na Ceilândia, mas hoje isso não ocorre mais, pois tiveram muitas melhorias na cidade. A estratégia de defesa do grupo é tão prontamente apresentada que acaba deixando o discurso paradoxal. Estas falas foram agrupadas no núcleo de sentido 4: "Além do mais, nós somos muito falados, né? Porque Ceilândia é violenta.". Para que o discurso, apesar de paradoxal, se mantenha coerente, os participantes afirmavam que os crimes citados no início da entrevista eram, na maioria dos casos, realizados por pessoas de fora (entorno, outras regiões administrativas e bairros da Ceilândia não legalizados). Além do mais, destacava-se que há muita violência nas regiões administrativas mais novas, tais como Estrutural e Itapoã. Brasília também é apontada como um lugar perigoso, por que o poder aquisitivo é maior e acaba atraindo mais assaltantes.

Neste núcleo de sentido percebe-se claramente a ação da função identitária das representações sociais. Há um discurso unificado entre os moradores da Ceilândia que afirma que aquele espaço é bom para se viver e morar. Apesar de ter muita violência, os assaltantes saem de outras regiões administrativas e/ou bairros não legalizados da

Ceilândia para cometer violência. Neste sentido, é complementar a análise da identidade social de Tajfel (1983). Para este autor (1983), a identidade social “/.../ é a parcela do auto-conceito do indivíduo que deriva do seu conhecimento, de sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença.” (p. 290).

Assim,

/.../ a identidade social remete ao fato de que o indivíduo se percebe como semelhante aos outros de mesma pertença (o nós), mas ela remete também a uma diferença, a uma especificidade desse nós em relação aos membros de outros grupos ou categorias (o eles). Temos então um duplo movimento que alia semelhança intragrupo e diferenciação entre grupos ou categorias. (Deschamps e Moliner, 2009, p. 23).

Nas pesquisas de Tajfel sobre identidade social, considera-se que o grupo a que pertencemos é o *ingroup* (intragrupo ou endogrupo), os grupos que não pertecemos *outgroup* (extragrupo ou exogrupo). A forma como percebo o grupo de pertença ou não pertença, depende do processo de categorização social, que consiste em agrupar as pessoas (ou grupos) segundo alguma(s) característica(s). A categorização social é resultado de processo histórico. A forma como as pessoas e grupos são percebidos é produto da assimilação dos valores e normas sociais da cultura que fazemos parte. Ao identificar os sujeitos e grupos como pertencentes a determinadas categorias, identifica-se traços comuns, chamados de estereótipos. Estes podem ser definidos como “/.../ uma crença compartilhada de que determinados traços são característicos de um grupo social.” (Álvaro & Garrido, 2006, p. 273). Quando os moradores da Ceilândia apresentam a percepção do

seu espaço de moradia como violento ou não, indicam que a violência está em todo lugar e que não é privilégio apenas de seu espaço de residência.

Conforma aponta Álvaro & Garrido (2006), para Tajfel, a identidade social não se limita apenas ao resultado de pertencer a determinados grupos sociais, mas, principalmente, da comparação que a pessoa estabelece entre os grupos aos quais pertence e aqueles que considera alheios. Assim, ele retoma algumas idéias de comparação social, de Leon Festinger, dando caráter mais social à teoria. É importante frisar que “/.../ para Tajfel, à base da avaliação de si mesmo encontra-se a identidade social /.../ é através de sua pertença a diferentes grupos que o indivíduo adquire uma identidade social que define o lugar particular que ele ocupa na sociedade.” (Deschamps e Moliner, 2009, p. 62). Na medida em que os indivíduos comparam o seu grupo aos demais, tentam estabelecer diferenças em favor de seu grupo, devido a necessidade de uma identidade positiva. Estes pontos demonstram o quanto à construção da identidade social depende das relações que ocorrem entre as pessoas de um mesmo grupo (intragrupo) e os demais grupos. Neste sentido, a identificação social é a consciência de pertencimento a um grupo, incluindo o significado avaliativo e emocional desta pertença (Tajfel, 1978, citado por Barros, 2005). O intragrupo, moradores da Ceilândia, aponta que antigamente a cidade era violenta, hoje não é mais, pois diversas melhorias fizeram com que a cidade se tornasse um lugar tranquilo. Hoje a violência está mais presente nas cidades do Entorno, em Brasília e nos outros bairros da Ceilândia (os extragrupos). Os outros bairros compreendem Ceilândia Norte, P Norte, Expansão e Privê; especialmente aqueles que residem em condomínios não legalizados que saem do seu espaço de moradia para cometer assaltos nos bairros legalizados da Ceilândia, espaço de moradia das pessoas entrevistadas.

Importante observar também a imagem da polícia, que aparece em diferentes contextos. Na pesquisa de Anchieta & Galinkin (2005), sobre as representações sociais dos

policiais civis sobre violência, observa-se a “/.../ a ambiguidade da sociedade no fato de ora criticar a polícia por não ser agressiva no combate ao crime, ora criticar por ser agressiva /.../”. Esta dupla idéia está presente nas discussões dos grupos focais.

Há uma percepção de que a violência está aumentando em todas as suas manifestações e espaços. Os números da criminalidade, as estatísticas, estão presentes no discurso apenas quando justificam esta tomada de posição. Percebemos claramente que a representação social de violência urbana dos moradores da Ceilândia é construída constantemente através das conversas cotidianas, os discursos do senso comum, nas reportagens de violência expostas na mídia.

Através destes quatro núcleos de sentido é possível analisar como as representações sociais operam na compreensão da violência para os moradores da Ceilândia. O principal objetivo de uma representação social, conforme aponta Moscovici (2001) é tornar familiar o não familiar. Desta forma, na medida em que as pessoas se deparam com as diversas violências e novos casos são noticiados, há a necessidade de convencionalizar estes objetos, pessoas e acontecimentos. Assim, imagens são objetivadas para guiar as condutas e orientar os comportamentos, ao definir quem são as pessoas que cometem violência, como, quando e onde estes casos ocorrem, percebe-se claramente a presença da função de orientação das representações sociais, guiando os comportamentos e as práticas, mas também há a presença da função justificatória, permitindo, a posteriori, a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos. É importante destacar, como afirma Abric (1998), que “/.../ a representação tem por função preservar e justificar a diferenciação social, e ela pode estereotipar as relações entre grupos, contribuir para a discriminação ou para a manutenção da distância social entre eles.” (p. 30). Assim, quando é discutida a violência no seu espaço de moradia Ceilândia e a identificação do “outro” espaço perigoso, percebe-se a presença da função identitária. Todos os dados que ajudam a compreender o

fenômeno da violência, as definições, causas e soluções, fazem parte da função de saber das representações sociais.

Nos discursos observamos a construção deste saber compartilhado sobre a violência. Conforme aponta Abric (1998), /.../ as pesquisas mostram que as mudanças nas práticas sociais, mesmo quando forçadas, /.../, alteram progressivamente as nossas representações sociais, a nossa visão de mundo”. As práticas, entendidas aqui como as vivências diretas e indiretas de representações sociais, auxiliam na compreensão do fenômeno e definem comportamentos futuros. É uma relação cíclica, a vivência traz para a representação social a compreensão do fenômeno, o saber sobre a violência, mas também, orienta condutas e comportamentos, se tornando novamente prática da representação social. Na fala compartilhada, quando os casos de violência são citados, ancoram significados.

## Conclusão

O fenômeno da violência urbana está presente nos mais variados espaços sociais, sendo claramente um objeto de representações sociais. Este conceito tem inúmeras definições a depender do contexto social, grupo pesquisado, tempo e local. Uma das nuances mais estudadas e discutidas da violência urbana é a criminalidade. Como apresentamos no capítulo três, no Brasil, as estatísticas criminais são limitadas. Não há dados sobre os vários tipos de crimes e os estudos acabam concentrando-se nos homicídios, sem distinção de doloso ou culposo. Os dados de homicídio divulgados pelo Mapa da Violência 2010 apontam que o valor absoluto vem aumentando nos últimos 10 anos (1997/ 2007). No entanto, quando observada a taxa de homicídios por 100 mil habitantes, observa-se que nas capitais e regiões metropolitanas a violência decresceu, enquanto que nas cidades do interior, as taxas aumentaram. Quando são apresentados os dados específicos do Distrito Federal, observamos que a Ceilândia tem o maior número de ocorrências de homicídio, mas quando são analisadas as taxas por 10 mil habitantes, esta RA ocupa o 12º lugar. Devemos ter cuidado com a própria interpretação das estatísticas, pois estas também devem ser contextualizadas.

Após a apresentação dos resultados e da discussão, destacamos as perguntas de pesquisa que orientaram este trabalho e uma síntese de suas possíveis respostas:

- 1) Quais as representações sociais dos moradores da Ceilândia sobre a violência, suas causas e possíveis soluções?

Para compreender o fenômeno da violência urbana, os moradores da Ceilândia utilizam representações sociais que compreendem a violência como uma agressão, seja física ou psicológica. A violência urbana, por sua vez, é compreendida sobre a nuance da criminalidade. Na construção deste saber, são apresentados os casos de violência urbana

vivenciados direta ou indiretamente. Estes casos, em geral, não são denunciados por uma descrença nos aparatos legais ou por medo de retaliações. Isso demonstra que as estatísticas de criminalidade são extremamente limitadas, pois não apresentam a real vitimização dos espaços urbanos. Diante desta realidade de violência crescente, os moradores citaram diversas mudanças de comportamento: evitam sair a noite e em lugares “perigosos”, instalam mecanismos de proteção nas casas e carros, evitam comprar bens caros que possam ser roubados e, principalmente, vivenciam um estado de alerta constante. O fenômeno da violência urbana afeta claramente o modo de vida das pessoas e a sua representação social está intimamente relacionada com a prática, promovendo a mudança de comportamento. As causas e soluções aparecem diluídas na sociedade. Não há apenas um fator que determina este fenômeno. Há o papel da família, da escola, da televisão, dos políticos. É necessário modificar as leis e acabar com a impunidade.

2) A Ceilândia é considerada por seus moradores um lugar perigoso?

Os participantes apresentaram diversos casos de violência vividos na Ceilândia, mas quando eram indagados se esta região administrativa é um espaço violento, afirmavam que esta é uma fama preconceituosa. Antigamente, a Ceilândia era um espaço violento, mas hoje não é mais, pois diversas melhorias de infra-estrutura ocorreram. A violência, na concepção dos moradores está mais concentrada nas regiões administrativas e cidades do entorno que começaram “a pouco tempo”, as pessoas que moram nestas regiões saem de seus bairros e vem assaltar na Ceilândia. A identidade social opera de forma clara nesta pergunta de pesquisa. As pessoas afirmam que seu *ingroup*, moradores da Ceilândia, residem em um boa cidade, e o *outgroup*, moradores de outras regiões administrativas ou entorno, é que saem de suas casas e vem cometer assaltos na Ceilândia.

Com estas respostas às perguntas de pesquisa propostas por este trabalho, percebemos o quanto é possível levantar informações através das falas sociais. As

informações sobre violência urbana tendem a se basear em estatísticas de criminalidade, que como observamos no capítulo 3 tem as suas limitações, poucas vezes o discurso da população é levado em consideração. Esta dissertação demonstra que a compreensão do fenômeno da violência urbana deve considerar não apenas as estatísticas disponíveis; mas, principalmente, as representações sociais compartilhadas. Os grupos sociais compreendem o fenômeno da violência, identificam suas causas, possíveis soluções, argumentam e justificam seus comportamentos através dos casos vividos direta e indiretamente; todo este fluxo de representação social faz com que as pessoas entendam e interpretem a mundo em sua volta. Pesquisadores e formuladores de políticas públicas devem considerar este olhar ao tentar dimensionar e compreender o fenômeno da violência urbana. Este contato pode ser feita através de pesquisas qualitativas (entrevistas e grupos focais) e também através de pesquisas de vitimização. Esta dissertação pretende contribuir para esta compreensão, analisando através de um grupo específico: moradores da Ceilândia, quais as representações sociais de violência urbana.

Obviamente, este trabalho apresenta muitas limitações. Não é um estudo passível de generalização, portanto, não compreende todas as representações sociais que circulam nesta região administrativa. Nem todos os grupos focais tinham a mesma composição (número de participantes, idade, sexo e bairro de moradia). Além do mais, é um estudo que apresenta apenas um método de compreensão do fenômeno. Como agenda de pesquisa e proposta para estudos complementares, indica-se que se utilize mais de um método no desenvolvimento do trabalho, tais como os questionários abertos e fechados, e as entrevistas individuais; e sejam desenvolvidos mais grupos focais, em variados bairros da Ceilândia.

Há muito que se estudar sobre o fenômeno da violência urbana na Ceilândia e em outras regiões administrativas do Distrito Federal. Consideramos que este não é um trabalho acabado, mas uma análise inicial e preliminar de quais as representações sociais de violência urbana dos moradores da Ceilândia.

## Referências bibliográficas

ABRIC, Jean-Claude. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (orgs). *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. (pp. 27-38). Goiânia: AB.

ADORNO, S. & LAMIN C. (2006). Medo, violência e insegurança. Em LIMA, R.; & DE PAULA, L. (Org.), *Segurança pública e violência: O estado está cumprindo o seu papel*. (pp. 151-171). São Paulo: Contexto.

ADORNO, S. (1995). Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos*. 43, 45-63.

ADORNO, S. (2002). Crise no Sistema de Justiça Criminal. *Revista Ciência e Cultura*. 54, 50-51.

ADORNO, S. (2002). Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. Em MICELLI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: Sumaré.

ALMEIDA, A. M. O. (2001). A pesquisa em representações sociais: fundamentos teóricos e metodológicos. *Ser social*, 9, 129-159.

ÁLVARO, J. L. & GARRIDO, A. (2006). *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. Madrid: McGraw-Hill.

ANCHIETA, V. C. A. (2003). *Policia 24 horas: um estudo sobre representação social da violência e identidade entre policiais civis do Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.

ANCHIETA, V. C. C. & GALINKIN, A. L. (2005). Policiais civis: representando a violência. *Psicologia e Sociedade*, 17 (1), 17-28.

ARENDT, H. (1994). *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

BANDEIRA, L. & BATISTA, A. S. (2002). Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Revista Estudos Feministas*. 119-141.

BARDIN, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BARROS, T. S. (2005). *11 DE SETEMBRO DE 2001: Atribuições de Causalidade e suas ancoragens em Sistemas de Valores e em Atitudes Políticas dos estudantes universitários de Goiânia*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

BAUER, M. & AARTS, B. (2008). A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. Em BAUER, M. & GASKELL, G. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (pp. 39-63). Petrópolis: Vozes.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (2004). *Dicionário de Política*. (Vol. 2. 5ª edição). São Paulo: UnB.

BOUDON, R e BOURRICAUD, F. (2002). *Dicionário Crítico de Sociologia*. (PP. 114-115). São Paulo: Ática.

DAMATTA, R. (1982). As raízes da violência no Brasil. Em PINHEIRO, P. S. (org.), *Violência brasileira*. (pp. 49-54). São Paulo: Brasiliense.

DENZIN, N. K e LINCOLN, Y. S. (2008). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed.

DESCHAMPS, J. C. & MOLINER, P. (2009). *A identidade em psicologia social. Dos processos identitários às representações sociais*. Petrópolis: Vozes

DURANTE, M. (2009). *Anuário do fórum brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

DURKHEIM E. (1970). Representações individuais e representações coletivas. Em DURKHEIM E. *Sociologia e Filosofia*. (pp. 15-49). Rio de Janeiro: Forense universitária.

DURKHEIM E. (1996). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes.

DUVEEN, G. (2007). Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento. Em GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (orgs.) *Textos em representações sociais*. (pp. 261–298). Petrópolis: Vozes.

ECKERT, C. (2007). A cidade “com qualidade”. Estudo de memória e esquecimento sobre medo e crise na cidade de Porto Alegre. Em *Sociedade e Cultura*. 10, 61-79.

FARR, R. M. (2007). Representações Sociais: a teoria e sua história. Em GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (orgs.) *Textos em representações sociais*. (pp. 31–62). Petrópolis: Vozes.

FERREIRA, I. & PENNA N. (2005). Território da violência. Em PAVIANI, A.; FERREIRA, I. & BARRETO, F. (Org.). *Brasília: Dimensões da violência urbana* (pp. 57-86). Brasília: UnB.

GALINKIN, A. (2006). A (des)construção da pessoa e da violência. Em ALMEIDA, A; SANTOS, M.; DINIZ, G. & TRINDADE, Z. (orgs.). *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano. Estudos em representações sociais*. (pp. 64-89). Brasília: UnB.

GASKELL, G. (2008). Entrevistas individuais e grupais. Em BAUER, M. & GASKELL, G. (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (pp. 64-89). Petrópolis: Vozes.

GONDIM, S. M. G. (2002). Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Revista Paidéia Cadernos de Psicologia e Educação*. 24(12), 149-162.

JODELET, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. Em JODELET, D. (Org.) *As representações sociais*. (pp. 17 - 44). Rio de Janeiro: UERJ.

JOVCHELOVITCH, S. (2007). Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. Em GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (orgs.) *Textos em representações sociais*. (pp. 63 – 88). Petrópolis: Vozes.

KRUEGER R.A. (1996). *Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research*. London: Sage Publications.

LEMGRUBER, J. (2000). O sistema penitenciário brasileiro. Em CERQUEIRA, D.; LEMGRUBER, J. & MUSAMECI, L. (orgs). *Criminalidade, violência e segurança pública no Brasil: Uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas*. Rio de Janeiro: IPEA.

MACHADO, M. S. K. & SOUZA, N. H. B. (1999). Ceilândia: Mapa da Cidadania. Brasília: MJ, FD-UnB.

MENDES, A. (2007). Pesquisa em psicodinâmica: a clínica do trabalho. Em MENDES, A. (org.). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. (pp. 65 – 88). São Paulo: Casa do psicólogo.

- MICHAELIS. Moderno dicionário de língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos.
- MICHAUD, Y. (1989). *A Violência*. São Paulo: Ática.
- MOSCOVICI, S. (1978) *A representação social da psicanálise*. Tradução por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar.
- MOSCOVICI, S. (2001). Das representações coletivas às representações sociais. Em JODELET, D. (Org.) *As representações sociais*. (pp. 45 - 66). Rio de Janeiro: UERJ.
- MOSCOVICI, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes.
- NETO, O. C; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. (2002). *Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação*. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.
- NUNES, B. (2004). *Brasília: a fantasia corporificada*. Brasília: Paralelo 15.
- PAULA, J. C. (2007). *Os medos e inseguranças do brasileiro diante da violência urbana: um estudo em representações sociais*. Monografia de graduação, Universidade de Brasília, Brasília.
- PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (2004). Brasília: SEPLAN.
- PORTO, M. S. G. Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. *São Paulo em Perspectiva*, revista da Fundação Seade, v. 18, n.1, p. 132-141, jan./mar. 2004.
- RAMOS, S. & PAIVA, A. (2007). *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ.

RELATÓRIO DE ANÁLISE CRIMINAL Nº 18/2008 – Ceilândia. Disponível em:

[http://www.pcdf.df.gov.br/Upload/PDF/AnaliseCriminalRA/FileUploadAnaliseCriminalP  
DF9\\_1.pdf](http://www.pcdf.df.gov.br/Upload/PDF/AnaliseCriminalRA/FileUploadAnaliseCriminalP<br/>DF9_1.pdf)

RELATÓRIO DE ANÁLISE CRIMINAL Nº 63/2008 – Homicídio. Disponível em

[http://www.pcdf.df.gov.br/Upload/PDF/NaturezaCriminal/FileUploadPDF4\\_2.pdf](http://www.pcdf.df.gov.br/Upload/PDF/NaturezaCriminal/FileUploadPDF4_2.pdf)

SÁ, C. P. (1993) Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. Em SPINK, M. J. (Org.). *O Conhecimento no Cotidiano*. São Paulo: Brasiliense.

SÁ, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ

SÁ, C. P. (2002). *Núcleo Central das Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes.

SILVEIRA, A., BEATO, C., SILVA, B. Prevenção de crimes urbanos: O programa Fica Vivo. Em LIMA, R.; & DE PAULA, L. (Org.), *Segurança pública e violência: O estado está cumprindo o seu papel* (pp. 77-88). São Paulo: Contexto.

TAJFEL, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais: estudos em psicologia social II*. Lisboa: Livros Horizonte.

TELES, N. (2004) *Direito Penal*. São Paulo: Atlas S.A.

VASCONCELOS, A. & COSTA A. (2005). Demografia da violência no Distrito Federal: evolução e características. Em PAVIANI, A.; FERREIRA, I. & BARRETO, F. (Org.), *Brasília: Dimensões da violência urbana* (pp. 33-56). Brasília: UnB.

WASELFISZ, J. (2010) *Mapa da violência 2010 – Anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari.

WELLER, W. (2006). Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. *Educ. Pesqui.* [online], 32 (2), 241-260.

WIEWORKA, M. O novo paradigma da violência. Em *Tempo Social.* 9 (1), 5-41

**Anexo A – Taxas de homicídio (em 100 mil) na população total por UF e região. Brasil, 1997/2007.**

UF/Região	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Δ%
ACRE	20,0	21,2	9,7	19,4	21,2	25,7	22,5	18,7	18,7	22,6	18,9	-5,4
AMAPA	34,1	38,7	43,9	32,5	36,9	35,0	35,5	31,3	33,0	33,0	26,9	-21,2
AMAZONAS	19,0	21,3	20,4	19,8	16,7	17,3	18,5	16,9	18,5	21,1	21,0	10,5
PARA	13,2	13,3	10,8	13,0	15,1	18,4	21,0	22,7	27,6	29,2	30,4	130,3
RONDONIA	28,4	38,3	33,5	33,8	40,1	42,3	38,4	38,0	36,0	37,7	27,4	-3,8
RORAIMA	35,4	50,6	57,7	39,5	31,7	34,9	29,7	22,6	24,0	27,3	27,9	-21,0
TOCANTINS	11,2	12,3	13,0	15,5	18,8	14,9	18,3	16,4	15,5	17,7	16,5	47,2
<b>NORTE</b>	<b>17,4</b>	<b>19,7</b>	<b>17,7</b>	<b>18,6</b>	<b>19,9</b>	<b>21,7</b>	<b>22,9</b>	<b>22,6</b>	<b>25,1</b>	<b>27,0</b>	<b>26,0</b>	<b>49,7</b>
ALAGOAS	24,1	21,8	20,3	25,6	29,3	34,3	35,7	35,1	40,2	53,0	59,6	147,3
BAHIA	15,5	9,7	6,8	9,4	11,9	13,0	16,0	16,6	20,4	23,5	25,7	65,1
CEARA	14,8	13,4	15,6	16,5	17,2	18,9	20,1	20,0	20,9	21,8	23,2	57,4
MARANHAO	6,0	5,0	4,6	6,1	9,4	9,9	13,0	11,7	14,8	15,0	17,4	188,4
PARAIBA	14,7	13,5	12,0	15,1	14,1	17,4	17,6	18,6	20,6	22,6	23,6	60,1
PERNAMBUCO	49,7	58,9	55,4	54,0	58,7	54,8	55,3	50,7	51,2	52,7	53,1	6,8
PIAUI	5,7	5,2	4,8	8,2	9,7	10,9	10,8	11,8	12,8	14,4	13,2	133,4
RIO GRANDE DO NORTE	9,1	8,5	8,5	9,0	11,2	10,6	14,2	11,7	13,6	14,8	19,3	110,8
SERGIPE	11,5	10,4	19,7	23,3	29,3	29,7	25,2	24,4	25,0	29,8	25,9	125,6
<b>NORDESTE</b>	<b>19,3</b>	<b>18,5</b>	<b>17,5</b>	<b>19,3</b>	<b>21,9</b>	<b>22,4</b>	<b>24,0</b>	<b>23,2</b>	<b>25,4</b>	<b>27,9</b>	<b>29,6</b>	<b>53,3</b>
ESPIRITO SANTO	50,0	58,4	52,5	46,8	46,7	51,2	50,5	49,4	46,9	51,2	53,6	7,2
MINAS GERAIS	7,7	8,6	8,9	11,5	12,9	16,2	20,6	22,6	21,9	21,3	20,8	169,1
RIO DE JANEIRO	58,8	55,3	52,5	51,0	50,5	56,5	52,7	49,2	46,1	45,8	40,1	-31,7
SÃO PAULO	36,1	39,7	44,1	42,2	41,8	38,0	35,9	28,6	21,6	19,9	15,0	-58,6
<b>SUDESTE</b>	<b>34,2</b>	<b>35,9</b>	<b>37,4</b>	<b>36,6</b>	<b>36,6</b>	<b>36,8</b>	<b>36,1</b>	<b>32,1</b>	<b>27,6</b>	<b>26,7</b>	<b>23,0</b>	<b>-32,7</b>
PARANA	17,3	17,6	18,1	18,5	21,0	22,7	25,5	28,1	29,0	29,8	29,6	70,6
RIO GRANDE DO SUL	16,7	15,3	15,3	16,3	17,9	18,3	18,1	18,5	18,6	17,9	19,6	17,3
SANTA CATARINA	8,4	7,9	7,5	7,9	8,4	10,3	11,6	11,1	10,5	11,0	10,4	24,8
<b>SUL</b>	<b>15,2</b>	<b>14,7</b>	<b>14,7</b>	<b>15,3</b>	<b>17,1</b>	<b>18,3</b>	<b>19,5</b>	<b>20,6</b>	<b>20,8</b>	<b>20,9</b>	<b>21,4</b>	<b>40,6</b>
DISTRITO FEDERAL	35,6	37,4	36,7	37,5	36,9	34,7	39,1	36,5	31,9	32,3	33,5	-5,9
GOIAS	15,0	13,4	16,5	20,2	21,5	24,5	23,7	26,4	24,9	24,6	24,4	63,0
MATO GROSSO	33,5	36,3	34,7	39,8	38,5	37,0	35,0	32,1	32,4	31,5	30,7	-8,6
MATO GROSSO DO SUL	37,4	33,5	28,2	31,0	29,3	32,4	32,7	29,6	27,7	29,5	30,0	-19,9
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>26,6</b>	<b>26,1</b>	<b>26,0</b>	<b>29,4</b>	<b>29,3</b>	<b>30,4</b>	<b>30,5</b>	<b>30,0</b>	<b>28,2</b>	<b>28,3</b>	<b>28,4</b>	<b>6,6</b>
<b>BRASIL</b>	<b>25,4</b>	<b>25,9</b>	<b>26,2</b>	<b>26,7</b>	<b>27,8</b>	<b>28,5</b>	<b>28,9</b>	<b>27,0</b>	<b>25,8</b>	<b>26,3</b>	<b>25,2</b>	<b>-0,7</b>

Fonte: Mapa da violência 2010 – Anatomia dos homicídios no Brasil, p. 21, SIM/SVS/MS

**Anexo B** – Taxas de homicídio em 100 mil por sexo. Unidades da federação, 2007.

FEMININO		MASCULINO	
UF	TAXA	UF	TAXA
ESPIRITO SANTO	10,3	ALAGOAS	114,9
RORAIMA	9,6	PERNAMBUCO	102,6
ALAGOAS	6,8	ESPIRITO SANTO	97,8
MATO GROSSO	6,7	RIO DE JANEIRO	78,1
PERNAMBUCO	6,5	DISTRITO FEDERAL	64,3
MATO GROSSO DO SUL	5,6	PARA	56,1
DISTRITO FEDERAL	5,3	PARANA	55,2
RIO DE JANEIRO	5,1	MATO GROSSO DO SUL	54,3
ACRE	4,9	MATO GROSSO	53,6
PARANA	4,6	RONDONIA	50,3
TOCANTINS	4,3	AMAPA	50,2
GOIAS	4,3	SERGIPE	49,1
MINAS GERAIS	4,1	BAHIA	48,2
PARA	4,0	GOIAS	45,0
PARAIBA	3,7	RORAIMA	44,6
SERGIPE	3,6	CEARA	44,5
BAHIA	3,5	PARAIBA	44,4
RONDONIA	3,5	AMAZONAS	38,8
AMAPA	3,5	MINAS GERAIS	37,9
RIO GRANDE DO SUL	3,4	RIO GRANDE DO NORTE	36,5
AMAZONAS	3,0	RIO GRANDE DO SUL	36,5
CEARA	3,0	MARANHAO	33,1
SÃO PAULO	2,8	ACRE	32,8
RIO GRANDE DO NORTE	2,7	TOCANTINS	28,0
SANTA CATARINA	2,3	SÃO PAULO	27,7
PIAUI	2,3	PIAUI	24,3
MARANHAO	1,9	SANTA CATARINA	18,6
BRASIL	3,9	BRASIL	47,2

Fonte: Mapa da violência 2010 – Anatomia dos homicídios no Brasil, p. 112, SIM/SVS/MS

**Anexo C** – Taxas de homicídio por raça/cor na população total. Brasil, 2002/ 2007.

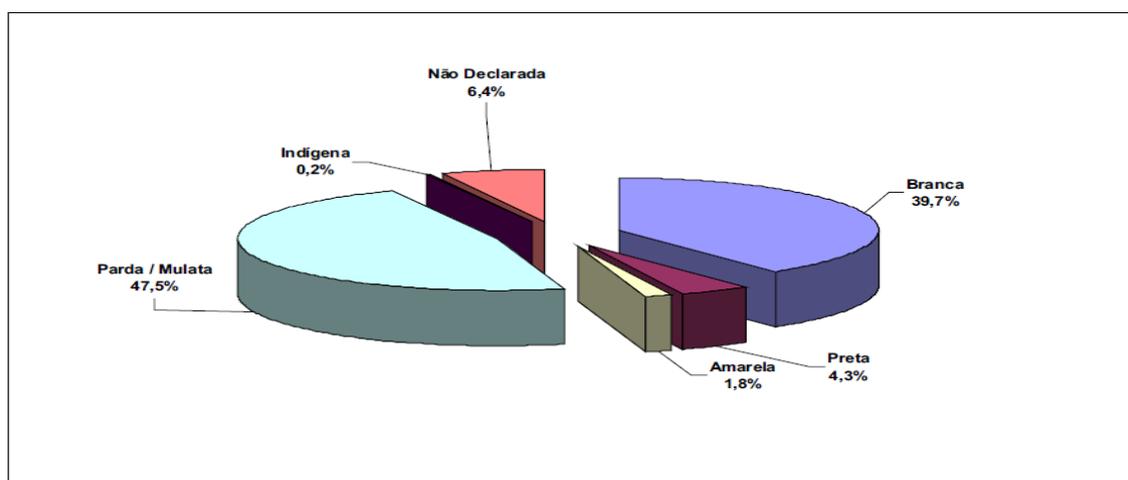
UF/REGIAO	TAXAS DE HOMICIDIO (EM 100.000)					
	BRANCOS			NEGROS		
	2002	2004	2007	2002	2004	2007
ACRE	40,5	21,1	16,4	35,3	16,2	18,6
AMAZONAS	8,3	8,0	11,7	27,4	18,7	32,6
AMAPA	12,8	7,9	4,4	45,6	36,4	25,9
PARA	11,2	10,6	10,8	31,5	25,1	35,8
RONDONIA	55,2	29,6	19,4	60,7	38,7	31,3
RORAIMA	43,7	11,7	10,3	41,0	22,6	27,8
TOCANTINS	13,4	16,1	10,1	14,8	15,9	19,5
<b>NORTE</b>	<b>17,8</b>	<b>13,7</b>	<b>11,0</b>	<b>32,1</b>	<b>24,1</b>	<b>30,7</b>
ALAGOAS	11,9	4,6	7,9	32,7	37,4	57,5
BAHIA	4,5	5,4	8,3	12,5	17,3	27,2
CEARA	5,0	5,1	7,4	13,9	13,1	25,0
MARANHAO	6,0	5,7	8,7	10,7	13,3	20,0
PARAIBA	3,3	2,8	2,5	16,3	24,0	31,9
PERNAMBUCO	16,9	14,0	8,2	71,4	65,7	75,6
PIAUI	5,9	6,1	8,6	10,7	11,9	13,8
RIO GRANDE DO NORTE	5,3	5,8	8,2	13,2	13,2	21,8
SERGIPE	14,3	8,5	13,7	27,2	20,4	26,2
<b>NORDESTE</b>	<b>8,2</b>	<b>7,1</b>	<b>7,8</b>	<b>23,4</b>	<b>24,4</b>	<b>33,8</b>
ESPIRITO SANTO	19,2	18,1	18,6	47,5	49,0	62,0
MINAS GERAIS	9,4	12,6	12,7	21,4	29,4	25,9
RIO DE JANEIRO	31,5	28,0	23,8	66,0	70,1	56,9
SAO PAULO	30,3	22,7	13,3	56,0	41,2	19,5
<b>SUDESTE</b>	<b>26,0</b>	<b>21,6</b>	<b>15,3</b>	<b>50,5</b>	<b>44,1</b>	<b>32,3</b>
PARANA	23,9	29,2	32,7	17,5	21,2	20,6
RIO GRANDE DO SUL	17,4	16,7	19,2	22,3	27,7	23,6
SANTA CATARINA	8,7	9,3	9,7	14,4	16,0	12,2
<b>SUL</b>	<b>17,7</b>	<b>19,3</b>	<b>21,5</b>	<b>18,7</b>	<b>22,5</b>	<b>20,4</b>
DISTRITO FEDERAL	10,8	12,1	11,1	53,1	54,4	48,7
GOIAS	16,9	19,2	16,1	22,1	26,0	28,4
MATO GROSSO DO SUL	26,6	23,1	25,9	33,6	32,0	33,5
MATO GROSSO	31,2	25,6	21,9	39,7	35,2	32,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>20,6</b>	<b>19,9</b>	<b>18,2</b>	<b>33,7</b>	<b>34,0</b>	<b>33,8</b>
<b>BRASIL</b>	<b>20,6</b>	<b>18,3</b>	<b>15,5</b>	<b>30,0</b>	<b>31,7</b>	<b>32,1</b>

Fonte: Mapa da violência 2010 – Anatomia dos homicídios no Brasil, p. 118, SIM/SVS/MS

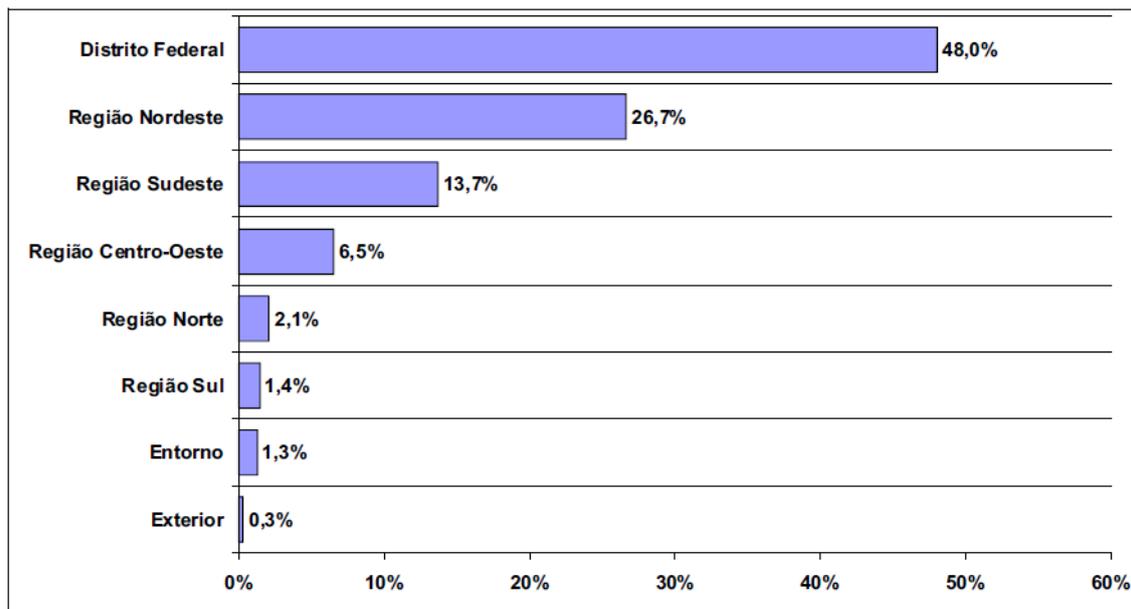
**Anexo D** – População urbana, segundo sexo. DF, 2004.

Sexo	População	Percentual
Feminino	1.088.665	51,9%
Masculino	1.007.869	48,1%
<b>Total</b>	<b>2.096.534</b>	<b>100,0%</b>
<b>Média de moradores por domicílio</b>	<b>3,7 Moradores</b>	<b>-</b>

Fonte: SEPLAN/ CODEPLAN/ PDAD, 2004

**Anexo E** – População urbana, segundo a cor/raça declarada. DF, 2004.

Fonte: SEPLAN/ CODEPLAN/ PDAD, 2004

**Anexo F** - Naturalidade da população segundo as grandes regiões, Distrito Federal e Entorno. DF, 2004.

Fonte: SEPLAN/ CODEPLAN/ PDAD, 2004

**Anexo G** – Distribuição de domicílios, segundo as classes de renda domiciliar mensal. DF, 2004.

<i>Classes de Renda – Salário Mínimo (SM)</i>	<i>Total de Domicílios</i>	<i>Percentual</i>
Até 01	114.188	20,3%
01 –  05	220.746	39,2%
05 –  10	96.785	17,2%
10 –  20	76.647	13,6%
Mais de 20	54.829	9,6%
<b>Total</b>	<b>563.195</b>	<b>100,0%</b>
<b>Renda média domiciliar</b>	<b>R\$ 2.331,76 (9,0 SM)</b>	-
<b>Renda per capita</b>	<b>R\$ 625,14 (2,4 SM)</b>	-

Fonte: SEPLAN/ CODEPLAN/ PDAD, 2004

**Anexo H** – População residente por raça/cor declarada. DF, 2004.

Distrito Federal e Regiões Administrativas	Total	Cor ou Raça Declarada					
		Branca	Preta	Amarela	Parda/mulata	Indígena	Não Definido
<b>Valores Relativos (%)</b>							
<b>Distrito Federal</b>	<b>2.096.534</b>	<b>832.798</b>	<b>90.103</b>	<b>37.550</b>	<b>996.745</b>	<b>4.189</b>	<b>135.149</b>
Brasília	198.906	137.172	6.994	7.302	43.093	206	4.140
Ceilândia	332.455	114.296	17.796	8.546	162.371	1.344	28.102

Fonte: SEPLAN/ CODEPLAN/ PDAD, 2004

**Anexo I** – Distribuição da população residente, do número de domicílios, e do número médio de pessoas por domicílio. DF, 2004.

Distrito Federal e Regiões Administrativas	Total da População		Total de Domicílios		Número Médio de Pessoas por Domicílio
	Valores Absolutos	Valores Relativos (%)	Valores Absolutos	Valores Relativos (%)	
<b>Distrito Federal</b>	<b>2.096.534</b>	<b>100,0</b>	<b>563.195</b>	<b>100,0</b>	<b>3,7</b>
Brasília	198.906	9,5	70.943	12,6	2,8
Ceilândia	332.455	15,9	88.735	15,8	3,7

Fonte: SEPLAN/ CODEPLAN/ PDAD, 2004

**Anexo J – Renda domiciliar e per capita mensal. DF, 2004**

Distrito Federal e Regiões Administrativas	Renda Domiciliar Mensal		Renda Per Capita Mensal		Coeficiente de Gini
	Valores Absolutos (R\$1,00)	Valores em Salários Mínimos	Valores Absolutos (R\$1,00)	Valores em Salários Mínimos	
<b>Distrito Federal</b>	<b>2.332</b>	<b>9,0</b>	<b>625</b>	<b>2,4</b>	<b>0,573</b>
Brasília	5.026	19,3	1.770	6,8	0,443
Gama	1.558	6,0	404	1,6	0,466
Taguatinga	2.493	9,6	661	2,5	0,467
Brazlândia	885	3,4	219	0,8	0,503
Sobradinho	2.401	9,2	623	2,4	0,510
Planaltina	825	3,2	200	0,8	0,490
Paranoá	1.361	5,2	316	1,2	0,515
Núcleo Bandeirante	2.157	8,3	629	2,4	0,488
<b>Ceilândia</b>	<b>1.211</b>	<b>4,7</b>	<b>323</b>	<b>1,2</b>	<b>0,493</b>
Guará	3.186	12,3	852	3,3	0,448
Cruzeiro	3.155	12,1	807	3,1	0,452
Samambaia	1.039	4,0	254	1,0	0,439
Santa Maria	962	3,7	244	0,9	0,442
São Sebastião	1.362	5,2	360	1,4	0,535
Recanto das Emas	1.013	3,9	239	0,9	0,502
Lago Sul	11.276	43,4	2.798	10,8	0,437
Riacho Fundo	1.535	5,9	386	1,5	0,465
Lago Norte	8.922	34,3	2.023	7,8	0,430
Candangolândia	2.150	8,3	577	2,2	0,492
Águas Claras	3.219	12,4	863	3,3	0,533
Riacho Fundo II	845	3,3	237	0,9	0,426
Sudoeste/Octogonal	6.276	24,1	2.226	8,6	0,392
Varjão	728	2,8	214	0,8	0,407
Park Way	5.092	19,6	1.273	4,9	0,578
Estrutural	499	1,9	115	0,4	0,376
Sobradinho II	1.698	6,5	438	1,7	0,523
Itapoã	403	1,6	102	0,4	0,404

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD

**Anexo K – Tópicos-guia do grupo focal**

- 1) O que é violência urbana?
- 2) Quais as principais causas da violência urbana?
- 3) Quais as principais soluções da violência urbana?
- 4) Vocês já viveram ou conhecem alguém que já passou por uma situação de violência urbana?
- 5) Ceilândia é um lugar violento?

**Anexo L – Termo de consentimento livre e esclarecido****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa “As Representações Sociais de Violência Urbana dos moradores da Ceilândia”, que tem como objetivo identificar as representações sociais de violência urbana dos moradores da Ceilândia e os comportamentos decorrentes dessa representação.

Por intermédio deste Termo, lhe são garantidos os seguintes direitos:

- a. Solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa;
- b. Sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal;
- c. Ampla possibilidade de negar-se a responder quaisquer questões ou a fornecer informações que julgue prejudiciais à sua integridade física, moral e social;
- d. Desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro estar ciente das informações constantes neste “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” e entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre a Pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais à minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da Pesquisa. Fico ciente também que a entrevista que estou participando será gravada e que uma cópia deste Termo permanecerá arquivada com a Pesquisadora. Desse modo, declaro o meu consentimento para a participação nesta Pesquisa.

Ceilândia – DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

Assinatura do Participante

Jêniffer Carla de Paula

Pesquisadora

Anexo M – Mapa da Ceilândia

